
BOLETIM DA REAL ASSOCIAÇÃO
DOS
ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

Ermida de N. Senhora da Pureza em Lisboa

O erudito P.^o Baptista de Castro, fallando no seu *Mappa de Portugal* d'esta ermida, sita no districto da freguezia de S. Jorge, diz o seguinte :

« Foi fundada no anno de 1581 por Manuel de Castro, sollicitador dos orphãos, e sua mulher Filippa Lourenço, e a dotaram de cem mil réis para a fabrica. Agora a administra o Conde de Castello Melhor, que comprou o direito aos herdeiros em 18 de maio de 1711. Não padeceu ruina alguma, e n'ella existe a parochia de S. Nicolau. »

O investigador Eduardo O. Pereira Queiroz Vellozo no seu *Roteiro das Ruas de Lisboa*, quando falla da Praça dos Restauradores, refere-se a esta ermida, e diz « que esteve desde a sua fundação n'uma barraca na rua da Gloria, aonde actualmente está o predio edificado de novo, que tem o n.º 1, e que é a melhor ermida, que existe em Lisboa. »

Effectivamente foi a melhor ermida, que existiu em Lisboa, não só pela sua forma e vastidão, mas tambem pela riqueza dos marmores, de que era adornada, e se deprehende da photogravura, que acompanha esta pequena noticia.

O palacio do Marquez de Castello Melhor, do qual fazia parte a referida ermida, e a senhora da Pureza era padroeira, foi expropriado por utilidade publica para a construcção da Estação Central da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes no Largo de Camões.

Reconhecendo-se mais tarde não ser necessaria tal expropriação, passou o palacio a ser propriedade do Ex.^{mo} Sr. Marquez da Foz.

Este procedeu a importantes obras de reparação e complemento do palacio, pelo que ficou sendo um dos melhores da capital.

Mais tarde por diversas circumstancias o Ex.^m Sr. Marquez quiz vender o palacio; não achando quem o comprasse pelo preço, que desejava, resolveu alugal-o, pelo que procedeu a novas obras d'adaptação, e por esse motivo demoliu a ermida.

A imagem de N. Senhora da Pureza foi levada em 5 de fevereiro de 1902 para a igreja parochial de S. Lourenço d'esta capital, isto é, foi entregue aos seus legitimos donos, porquanto a igreja de S. Lourenço era do padroado dos mesmos titulares, que têm hoje por sua capella, e que desde 1296 faz parte do morgado de S. Lourenço de Lisboa, pertencente aos viscondes de Villa Nova da Cerveira, marquezes da Ponte do Lima, casas que se reuniram ha poucos annos por herança em linha recta á casa do Ex.^{mo} Marquez de Castello Melhor.

Para solemnisar tal entrada da imagem mandaram os Ex.^{mos} Marquezes de Castello Melhor celebrar pomposa festividade no dia 8 do mesmo mez e anno; coincidiu tal festividade com o 14.^o anniversario do casamento de suas excellencias (*).

As columnas e balaustres da ermida foram adornar a fachada do lado do sul do Museu de Artilheria.

A Veneravel Irmandade dos Clerigos Pobres d'esta capital, que tem actualmente a sua séde na ermida de N. Senhora d'Assumpção e Santo Antonio do Valle, teve a sua séde durante alguns annos n'esta ermida; na mesma se celebrou em 1883 um congresso catholico, a que assisti (^b), e ultimamente n'ella tinham logar as reuniões da Pia Devoção do Sagrado Coração de Jesus, reuniões que passaram a ser feitas na igreja da Conceição Velha.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1905.

Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos

(a) Vide o jornal *Novidades* de 6 e 8 de fevereiro de 1902.

(b) Teve logar nos dias 13, 17 e 29 de junho.

O ENSINO DA ARCHITECTURA^(*)

Antigamente o ensino da architectura e das outras bellas artes não era ministrado em estabelecimentos publicos, de organisação official, como os que existem em nossos dias. As officinas, de character inteiramente pratico, é que exerciam as funcções de escola, com resultado não menos proficuo, como o attestam as numerosissimas obras-primas, em todos os generos, produzidas por tantos povos e durante tantos seculos. E' incontestavel que havia entre nós, de longa data, o cargo de architecto ou mestre de obras, assim como outros de designação differente, mas esse titulo não envolvia o dever do professorado, tal qual se comprehende actualmente. Foi no começo do periodo filippino que entre nós se creou uma cadeira de architectura, dando o Estado uma tença aos aprendizes, que nella se instruissem. Depois de a frequentarem, ou ainda durante a sua frequencia, devidamente habilitados, eram promovidos a outros logares em que exercessem as funcções da sua especialidade.

Parece que o primeiro mestre encarregado de ensinar esta materia fôra Filippe Terzo, que viera para Portugal no reinado de D. Sebastião, a quem acompanhou na segunda jornada de Africa, ficando prisioneiro na batalha de Alcacer - Kibir. O empenho e presteza, com que foi resgatado, mostram bem a valia em que era tido. Não encontrámos o diploma que o nomeou para tal cargo, mas um alvará de 24 de setembro de 1598 designa Diogo Marques Lucas para um dos tres logares, *que ora ordenei de pessoas naturaes d'este reino, para haverem de aprender architectura com Filippe Tercio*. Os pensionistas recebiam de ordenado annual vinte mil reaes, e, alem da cadeira de architectura, eram obrigados a frequentar a de geometria, regida

(*) Vej. «Diccionario historico e documental dos architectos,» etc., pelo sr. dr. Sousa Viterbo, pag. v a vii do 2.º vol.

pelo cosmographo - mór, que naquelle tempo era o celebrado João Baptista Lavanha. Necessariamente, ter-se-ia formulado algum regimento, regulamentando este assumpto e determinando as obrigações dos professores e alumnos, mas não encontrámos o seu registo, nem noticia d'elle.

A Filippe Terzo succedeu Nicolau de Frias, segundo se deprehende do alvará de 11 de junho de 1598, que nomeou Francisco de Frias para aprender com elle architectura.

E' difficil estabelecer a lista chronologica, rigorosamente exacta, dos professores de architectura, não só porque não apparecem os respectivos diplomas, mas tambem porque não veem designados os seus nomes nas cartas dos pensionistas, nas quaes se diz que elles aprenderiam com o mestre de obras que lhes fosse designado. No alvará de 16 de fevereiro de 1647, nomeando Matheus do Couto, diz-se que elle continuaria aprendendo com seu tio, do mesmo nome. Daremos agora uma nota dos aprendizes de architectura, com as datas das respectivas nomeações:

Diogo Marques Lucas — 14 de setembro de 1594. Succedeu-lhe Matheus do Couto.

Francisco de Frias — 11 de junho de 1598. Succedeu-lhe Henrique de França.

Henrique de França — 10 de maio de 1602. Succedeu-lhe Eugenio de Frias.

Eugenio de Frias — 27 de abril de 1611. Succedeu-lhe Theodosio de Frias Pereira.

Antonio Simões — Não encontrámos a carta da sua nomeação. Sabemos, porém, que em 1604 fôra substituido por Pero Nunes Tinoco.

Pero Nunes Tinoco — 20 de setembro de 1604. Succedeu-lhe Diogo Paes.

Diogo Paes — 1624. O respectivo alvará não traz o mez.

Matheus do Couto — 20 de setembro de 1616. Succedeu-lhe André Ribeiro Tinoco em 24 de fevereiro de 1629.

Theodosio de Frias Pereira — 9 de setembro de 1631. Succedeu-lhe Manuel Martins Cavalleiro.

Manuel Martins Cavalleiro — 4 de fevereiro de 1641.

Antonio Torres — Nomeado a 20 de novembro de 1647, em

substituição de Theodosio de Frias Pereira, promovido a mestre das obras dos paços da Ribeira.

André Ribeiro Tinoco — Filho de Pero Nunes Tinoco. Nomeado em 24 de fevereiro de 1629, em lugar de Matheus do Couto, que fôra promovido a mestre das obras dos mestrados de S. Bento e S. Thiago. Succedeu - lhe João Nunes Tinoco.

João Nunes Tinoco — Irmão do antecedente, a quem succedeu em 29 de dezembro de 1631, por aquelle ter entrado na Companhia de Jesus.

Diogo Tinoco da Silva — Sobrinho do P.º Francisco Tinoco da Silva, architecto dos paços da Ribeira, com quem aprendia. Nomeado em 10 de outubro de 1690, em substituição de Manuel do Couto, promovido a architecto dos paços de Salvaterra, Almeirim e Mosteiro da Batalha.

Manuel do Couto — Não encontrámos a sua carta de nomeação, mas no decreto de 8 de outubro de 1686, que o incumbe de assistir na fortificação de Peniche, se diz que elle era discipulo da aula.

Luiz Nunes Tinoco — Succedeu - lhe Manuel Lopes da Silva.

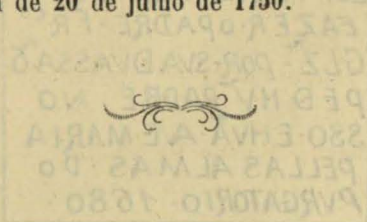
Manuel Lopes da Silva — Nomeado em 6 de junho de 1691.

José Rodrigues Ramalho — Em 10 de abril de 1707, foi encarregado da horta dos paços da villa de Salvaterra de Magos, e na respectiva carta se diz que servia ha quatorze annos uma das praças de aprender architectura, sob a direcção do P.º Francisco Tinoco da Silva.

João Antunes — Não encontrámos a carta que o nomeia aprendiz de architectura, mas em 29 de junho de 1699 foi promovido da praça de aprender architectura civil á praça de architecto, que vagára por fallecimento de Francisco da Silva Tinoco.

Pedro Ramalho — Era aprendiz dos paços da Ribeira e succedeu - lhe por sua morte Antonio Carlos Andreis.

Antonio Carlos Andreis — Foi nomeado para substituir o anterior em carta de 20 de julho de 1750.



CRUZEIROS NOTAVEIS

(Contin. do n.º anteced.)

XXI

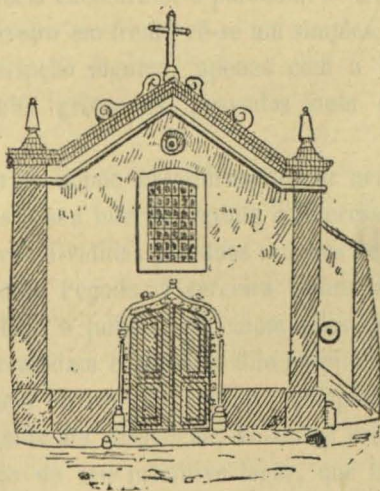
Cruzeiro do Paço do Lumiar

São bastantes as localidades no nosso paiz com a denominação de Paço, como querendo significar que existe ou existiu ali algum edificio nobre. Não é preciso sahir de Lisboa, para se comprovar esta asserção. No *Terreiro do Paço*, hoje transformado na magestosa *Praça do Commercio*, erguiam-se os paços da Ribeira, desmoronados pelo terremoto de 1755.

No Paço do Lumiar houve tambem uma vivenda regia, que é hoje propriedade dos srs. duques de Palmella. Da construção primitiva crêmos, porém, que já não restam vestígios. A quinta annexa, se não tem as largas vistas panoramicas da serra de Cintra, se não apresenta a disposição caprichosa dos rochedos, outros tantos altares de Flora, offerece comtudo trechos pittorescos de vegetação luxuriante. Notam-se tambem ali alguns raros exemplares botanicos, sobresahindo entre elles um gigantesco «Dragoeiro», cujos ramos carcomidos pendem sob o fardo da velhice.

Na estrada do Paço do Lumiar, vindo da Luz, ergue-se um humilde cruzeiro, que apenas se recommenda pela seguinte inscripção :

ESTA CRUZ MAN DV.
E AZER. O PADRE. FR^{co}
GLZ. POR SVADVASSAÕ
PE D HV PADRE NO
SSO. EHVÃ. AVE MARIA
PELLAS ALMAS. DO
PVRGATORIO. 1680.



Capella de S. Sebastião, no Paço do Lumiar

BOL. DE ARCHIT. E ARCHEOL., T. X, N.º 5 — PAG. 210

Este padre Francisco Gonçalves é completamente desconhecido, mas pôde muito bem ser que appareça um dia uma circumstancia inesperada que ponha em relevo a sua biographia, arrancando-o da obscuridade.

Proxima está a ermida ou capella de S. Sebastião, cuja porta manuelina nos convida a entrar. Na face externa da parede posterior acha-se embutida uma cruz de azulejos sobre uma caveira, com a data — «Anno de 1628». Parece ter tido por baixo uma fresta para esmolas.

A pouca distancia encontra-se a parochial de S. João Baptista do Lumiar e no terreiro em frente vê-se um simples, mas elegante cruzeiro, sem inscripção alguma, apenas com a data «1619» em algarismos muito grosseiros, gravados num dos frisos da base.

A igreja não se impõe exteriormente por nenhuma belleza architectonica, mas o seu interior agrada e interessa.

É de tres naves divididas por duas renques de cinco grossas columnas cada uma. Pegado á terceira columna do lado do Evangelho existe hoje o pulpito, de columnellos de marmore de duas côres, que circumdam o chão do dito pulpito, o qual assenta sobre uma columneta ou espigão central; composição leve, cuidada, e não destituida de elegancia. Vê-se ter este pulpito sido para ali transferido do seu primitivo logar, que foi na segunda columna da banda da Epistola, a contar da capella-mór, porque uma inscripção que se lê na parte inferior do fuste da dita segunda columna assim o indica. A inscripção diz:

IOHÁ · MATEVS · LAVROV · ESTE
PVLPTO 1546 ·

Quem seria esse Matheus?

Forneceu-nos amavelmente esta nota o sr. Visconde de Castilho.

A esta igreja anda ligada uma curiosissima lenda a proposito da cabeça de Santa Brigida, preciosa reliquia, que ainda ali mais ou menos authenticamente se conserva. Transcreveremos agora o summario d'esta piedosissima historia, que em tempos publicámos

a proposito de outro assumpto: «No reinado de D. Diniz vieram a Lisboa tres cavalleiros hybernios trazendo a preciosa reliquia. O monarcha, doido de contentamento, mandou-a para o seu querido convento de Odivellas, que então andava edificando e onde jaz sepultado em moimento ricamente esculpido. Apesar da jornada não ser longa, os cavalleiros descançaram no caminho e n'este intervallo, a cabeça da Santa desapareceu mysteriosamente. Trataram logo de a procurar, e onde a foram descobrir? No alto de um pinheiro que estava junto á porta da egreja do Lumiar. Curioso espectaculo!

«Não resa a chronica qual dos cavalleiros subiu ao cimo da arvore para apanhar a preciosa cabeça, mas diz que o prior da freguezia se oppozera a que levassem a valiosissima reliquia. A vontade divina estava claramente expressa n'aquelle milagre; seria gravissima injuria attentar contra tão extraordinaria deliberação do ceu. Não se moveram os cavalleiros a similhantes razões e desejosos de cumprir a ordem d'el-rei, seguiram seu destino, indo entregar o craneo da Virgem á abbadessa de Odivellas. A teimosia dos cavalleiros respondeu a teimosia da Santa Brigida, indo repôr a sua cabeça no Lumiar. A este novo e irrespondivel argumento não houve ninguem que se não humilhasse. A egreja do Lumiar ainda hoje conserva uma lapide commemorativa do facto. Escusado será dizer que é muito posterior ao acontecimento». Está visivel na face externa de uma das paredes lateraes. O prodigio vem mais extensamente narrado no «Breve exemplar das vidas de alguns santos conegos regulares do grande patriarcha Santo Agostinho», de D. Timotheo dos Martyres, d'onde tirámos o nosso resumo. A lenda encontra-se tambem a pag. 316 do Tomo 1.º do «Agiologio Lusitano» e não faltará por certo nos demais «Flos Sanctorum».

XXII

Cruzeiro de Nossa Senhora da Alegria em Aveiro

Situada á margem do oceano, Aveiro devia necessariamente resentir-se nas manifestações da sua actividade, da sua posição

marítima. Effectivamente, a pittoresca e formosa patria de José Estevão tira os seus principaes recursos da cultura do sal e do exercicio da pesca.

Os pescadores de Aveiro, assim como os de Vianna, não se limitaram a exercer o seu officio nas aguas costeiras e limitrophes : aventuraram-se muito mais ao largo, atravessaram o Atlantico e nas paragens da Terra Nova foram á cata do bacalhau. Estes empreendimentos deram extraordinaria importancia á classe e enriqueceram Aveiro, então risonha villa, apertada no cinto medieval das suas muralhas.

Um documento que nos attesta ainda a opulencia dos antigos gremios piscatorios é a capella da Nossa Senhora da Alegria, conhecida durante seculos pela invocação de Santa Maria de Sá, do nome do local em que se acha edificada. Data de remotas eras, havendo vestigios da sua existencia já na primeira dynastia. No templosinho actual se observa a sua alta antiguidade, sobretudo no arco cruzeiro, em ogiva, cujos capiteis são formados por figuras de animaes, enlaçados por folhagem. Restam tambem azulejos em relevo, em estylo hispano-arabe, semelhantes aos que forravam ainda ha poucos annos as columnas da Sé Velha de Coimbra.

N'esta capella estava erecta a confraria dos pescadores e mareantes de Aveiro, cujo compromisso foi approvedo pelo infante D. Pedro, duque de Coimbra. Não era só uma corporação religiosa; era tambem uma corporação de classe, de beneficencia e de soccorros mutuos, com o seu hospicio annexo. O culto exercia-se com certa pompa, havendo alfaias correspondentes, das quaes se conserva ainda um bello calix de prata dourada, que figurou na Exposição de arte ornamental portugueza e hespanhola, celebrada em Lisboa em 1882, na sala M, numero 75, dando-o o respectivo catalogo como pertencente á igreja da Vera Cruz.

Defronte d'esta capella ergue-se um cruzeiro, resguardado por uma especie de alpendre, que assenta sobre quatro columnas. Ao centro, no topo de uma columna de granito, uma cruz com a imagem de Christo crucificado.

Na base, lado fronteiro, lê-se a custo a seguinte inscripção :

ESTA HOBRA
 E SINO MAN
 DOV FAZER A
 DRE RIBEIRO JU
 IZ E IOAM PRE
 TO MORDO
 MO E ANTONI
 O AFONSO
 ESCRIVAM
 ERA. D. ISS. 8

A cupula do cruzeiro, de alvenaria, é revestida em todas as suas quatro faces, no geral, de azulejos verdes e brancos, de superficie lisa, mas ao centro de cada uma d'ellas ha quadros formados por outros em baixo relevo, a cinco côres, de desenho geometrico e ornato vegetal; do seculo XVI, talvez de origem portugueza.

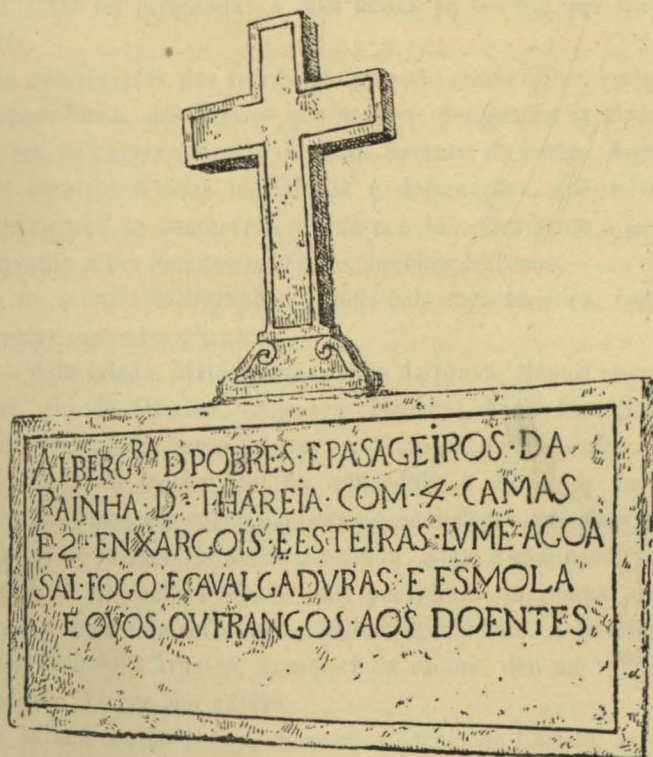
A capella de Nossa Senhora da Alegria, com o seu complementar cruzeiro, constitue um dos raros monumentos, que ainda hoje se notam em Aveiro dignos de apreço sob o ponto de vista historico e artistico. Oxalá que o terrivel camartello dos demolidores lhe tenha respeito e o conserve de pé!

A proposito do calix ter sido attribuido, no catalogo da exposiçãõ, á igreja da Vera Cruz, informa-nos o sr. Marques Gomes o seguinte: sendo extincta a irmandade da Senhora da Alegria em 9 de março de 1853, por falta de quem a administrasse, passaram os seus bens e alfaias para a junta de parochia da Vera Cruz, que na actualidade cura da capella.

XXIII

Cruzeiro de Albergaria - a - Velha

No seu proprio nome tem Albergaria - a - Velha o certificado da sua origem.



Cruzeiro de Albergaria - a - Velha

No mez de novembro do anno de Christo de 1117, isto é, na era de Cesar de 1155, passava a infanta-rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, nosso primeiro rei, uma carta de privilegio a Gonçalo Eriz, coutando-lhe a sua villa ou quinta de Osselo, (hoje Assilbó), que confinava com terras de Santa Maria ou Feira, onde a carta foi assignada. A villa ficava na estrada que vinha do Porto.

As demarcações das terras do couto são muito interessantes, pela especialidade dos logares que nomeia, designados já alguns d'elles em portuguez no meio do latim barbaro da carta. Apondaremos algumas d'essas localidades e designações, que talvez ainda em parte se conservem, e que nos dão claramente a perceber quanto eram incultos e bravios aquelles terrenos.

A onomastica topographica é pois bem caracteristica, como se vê pelas seguintes phrases :

— Mata talada, Mata da ussa, Mata da brava, Mamoa negra, Romariz, rio de Osselo, Charneca (Jarneca), Fonte fria. (hoje as Frias), que antigamente se chamava Fontinha de Meignonfrio.

A carta de couto não foi concedida a titulo de mera generosidade, mas sim com a clausula de estabelecer uma albergaria no sitio de Meignonfrio sobre a estrada. Além d'esta condição, Gonçalo Eriz presenteou alguns dos servidores da rainha, que assistiram á leitura da carta, assignando-a egualmente. A D. Mem ou Mendo Bofino e a Arnaldo, escudeiro da rainha, deu um rocim, e a Godinho Viegas um gavião.

O primeiro albergueiro, de nome Gonçalo de Christo, seria posto pela rainha. Para se demonstrar quanto era agreste o territorio de Osselo, e quão differente da de hoje era a fauna que o povoava então, bastará citar alguns dos tributos que se ficaram pagando ao senhor do couto pelos animaes que ali se caçassem : de corça e de gamo os lombos, de urso as mãos. Quem nos sabe dizer para onde emigrariam os antigos ursos de Albergaria-a-Velha ?

As albergarias eram utilissimas instituições de previdencia, ponto de refugio dos viandantes, que se viam perseguidos pelas quadrilhas de malfeitores de toda a especie, que infestavam o paiz n'aquelles rudes tempos medievaes. O bandoleirismo era quasi uma profissão e até não poucas vezes os abbades monasticos saiam

dos seus conventos em deploraveis cavallarias andantes, violando o direito da propriedade e o pudor das donzellas. Ainda em meados do seculo XVI, um abbade de Pombeiro, apesar da sua origem fidalga, não duvidava entrar em taes aventuras, como se a pittoresca paizagem do Minho estivesse encravada nos montes da Calabria. Na carta de D. Thereza se declara que o sitio onde se fundava a albergaria era escolhido de preferencia pelos salteadores, que ali vinham roubar e matar os transeuntes.

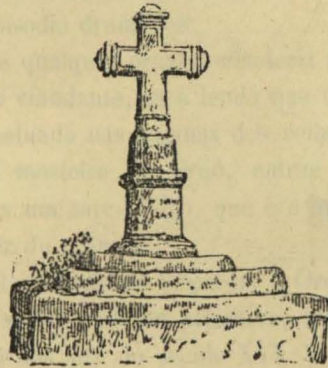
Aquelle diploma já não existe no original, mas sim em copia authentica, incluído n'uma carta do bispo de Coimbra, D. Egas, que no anno de 1258 (era de 1296) teve de intervir n'uma questão suscitada por direitos relativos á mesma albergaria. Publicou-a João Pedro Ribeiro a pags. 243 do 1.º volume das suas «Dissertações chronologicas» (doc. n.º XXXVI).

A albergaria, de que vimos fallando, se não foi a primeira, foi uma das primeiras, que se crearam no nosso paiz, monumento sympathico dos sentimentos piedosos da rainha D. Thereza. Já não existe, nem como instituição, pois todos os estabelecimentos pios d'esta ordem foram extinctos, nem como edificio. Este foi demolido e em seu logar ergue-se hoje um palacete. N'elle estava embutida uma lapide com uma cruz, tendo um letreiro pela parte inferior. Acha-se hoje collocada na parede interior do lado direito, do atrio da nova cadeia que se anda a construir. O sr. José Pinto da Silva Ventura, residente em Espinho, officiou ha pouco tempo ao Conselho dos Monumentos, solicitando a sua intervenção, a fim d'ella ser removida para sitio mais conveniente e adequado, os paços do Concelho.

A lapide não é um cruzeiro no genero de tantos outros que se conservam isolados, mas entendemos que o deviamos incluir aqui por a sua importancia historica e social. Por baixo da cruz está este letreiro :

ALBERG^{RA} D POBRES E PASAGEIROS DA RAINHA D
THAREIA COM X CAMAS E 2 ENXARGOIS E ESTEIRAS LYME
AGOA SAL FOGO E CAVALGADVRAS E ESMOLA E OVOS OV
FRANGOS AOS DOENTES.

Escusado será dizer que este letreiro não é da primitiva, mas sim muito posterior, certamente do seculo XVII.



Cruzeiro de Grijó

BOL. DE ARCHIT. E ARCHEOL., T. X, N.º 5 — PAG. 217

Cruzeiro de Grijó

O cruzeiro, de que nos vamos occupar, deveria servir de illuminura a algum cancionero medieval, a algum romance de cavallaria no genero da «Menina e moça» de Bernardim Ribeiro, ou ao «Livro de linhagens do conde D. Pedro».

Effectivamente, sob a sua fórma religiosa, elle não é senão a recordação de um episodio dramatico.

Despido de todo e qualquer ornato, não teria a menor significação historica para o viandante, se a lenda que lhe deu origem não tivesse ficado perpetuada nas paginas dos velhos codices.

Situado junto ao mosteiro de Grijó, entrae na respectiva igreja e lá encontrareis um sarcophago, que é o monumento elucidativo da singela cruz de granito.

A igreja e o mosteiro, que pertenceram á Ordem dos conegos regrantes, já não são da fabrica primitiva, tendo sido completamente reedificados nos fins do seculo XVI, principio do seculo XVII. O tumulo, porém, ainda é o mesmo, tendo havido, caso pouco frequente, o louvavel e piedoso cuidado de o conservar. Acha-se reproduzido em gravura a pag. 752 do volume 2.º do *Minho Pitoresco*.

Quem jaz encerrado n'esse moimento? Um dos mais illustres fidalgos da sua epoca, D. Rodrigo Sanches. Como o seu appellido o está indicando, era filho de um Sancho, o rei do mesmo nome, D. Sancho I, e de D. Maria Paes Ribeiro, de celebrada memoria. Illustre pelo sangue, illustre pela valentia e gentileza do corpo, não o era menos pela gentileza do espirito. Roldão nos campos da batalha, como lhe chama o epitaphio, era um dos mais perfeitos cortezãos nos serões palacianos, sendo querido das damas pela sua conversação graciosissima.

O seu letreiro mortuario, escripto em versos latinos, obra de um poeta engenhoso, é um acalorado elogio de todas as suas prendas como cavalleiro e como homem de sala. Não se especi-

ficam n'elles as particularidades da sua vida, mas ficam esboçadas, a traços radiantes, as linhas do seu character primoroso.

Falleceu a 2 de julho do anno de Christo de 1245. A causa da sua morte attribue-se a um desafio que tivera com D. Martinho Gil de Soverosa. Conjectura D. Frei Nicolau de Santa Maria que dera motivo á contenda alguma questão de ciumes, sendo como era D. Rodrigo um dos mais notaveis galanteadores do seu tempo. Não foi logo no local da peleja que elle exalou o ultimo suspiro, vindo a acabar junto ao mosteiro, no sitio chamado do «Padrão velho».

O sepulchro e talvez o padrão foram mandados erigir por sua irmã D. Constança Sanches. Irmão de ambos havia no mosteiro um conego, D. Nuno Sanches, a quem a desgraça de D. Rodrigo impressionou profundamente.

Não sabemos se o cruzeiro actual ainda é o mesmo do seculo XIII, ou se foi já substituido, como cremos. A data que se lê na base, é evidentemente moderna.

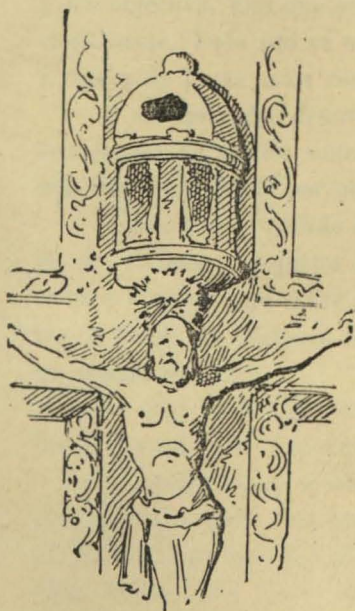
Na «Chronica dos conegos regrantes» de D. Frei Nicolau de Santa Maria, a pag. 283 e seguintes do 1.º volume, encontrarão os leitores as notas biographicas do conego D. Nuno Sanches e de seu irmão D. Rodrigo, o desditoso fidalgo, que tão pundonorosamente morreu no cumprimento das regras da cavallaria.

XXV

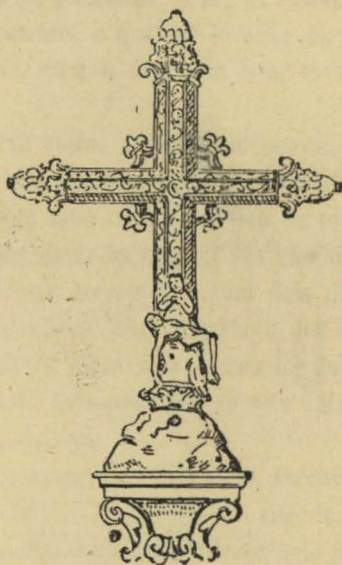
Cruzeiro da rua de D. João I, em Guimarães

A este cruzeiro, denominado «padrão de D. João I,» attribue-se uma significação historica, dizendo-se que fôra n'este sitio que o valoroso monarcha se descalçara, vindo em piedosa romagem á Senhora da Oliveira, em Guimarães, em reconhecimento do auxilio espirital que lhe prestára na tomada de Ceuta. Não se conhece, porém, nenhum documento, escripto ou lapidar, que authenticque este facto, puramente tradicional.

O padre Ferreira Caldas, no seu livro «Guimarães, aponta-



**Cruzeiro da rua de D. João I,
em Guimarães**



**Cruzeiro da rua de
D. JOÃO I, em Guimarães**

mentos para a sua historia,» ao descrever este padrão, vae na corrente da sentimental crença patriótica, abonando-a com outra recordação, igualmente tradicional e pouco segura, em nosso entender. Acrescenta elle, que ainda havia gente que se lembrava de ter visto junto ao monumento uma inscripção, que declarava o seu objectivo, mas que se sumira ou fôra sumida talvez intencionalmente. Tudo isto se nos afigura mais hypothetico que real, á espera de prova mais convincente.

O mesmo padre descreve por esta forma o cruzeiro, que, á semelhança de muitos outros, não estava exposto ao ar livre, mas sim resguardado por uma especie de alpendre :

«Compõe-se o padrão de quatro pilares de pedra quadrados, ligados no cimo por quatro grandes padieiras, sobre as quaes assenta a abobada que cobre o cruzeiro, o qual se levanta no centro, e é todo de marmore branco, com o crucifixo bem lavrado no mesmo marmore.

«A cruz, toda floreteada em volta, nasce d'um monte, sobre o qual se vêem dispersos alguns instrumentos da Paixão.»

A descripção não é minuciosa nem completa, pois se refere só a uma das faces. Não podemos obter as respectivas photographias, mas, em compensação, fomos favorecidos com dois desenhos, em esboceto, do sr. Abel Cardoso, que bastarão a dar uma idéa do monumento. Na face anterior vê-se uma cupula ou docel, que cobre a imagem de Christo. Na face posterior vê-se a «Mater Dolorosa» com o Filho morto no regaço.

Em carta acompanhando a remessa dos desenhos, escreve o sr. Gaspar do Couto Ribeiro Villar: «O cruzeiro da rua de D. João I, como é muito rendilhado, não pode desenhar-se todo porque levava muito tempo e sobretudo por o local não se prestar a um trabalho longo. Tambem só está indicado até ao capitel: o fuste é liso e a base não tem nada de interessante, sendo evidente que não é a primitiva, porque é de granito e a columna é de calcareo.»

Tanto ao sr. Abel Cardoso, como ao sr. Ribeiro Villar, agradecemos a maneira prestimosa com que se dignaram coadjuvar-nos.

O padrão de D. João I acha-se erguido no extremo da rua do mesmo nome, quasi fronteiro á capella de S. Lazaro. Em 1843 foi restaurado, a expensas da camara, por ameaçar ruina, prin-

principalmente na abobada. Por conveniências da viação publica foi removido do sitio onde primitivamente se achava e collocado definitivamente no actual em 1864, tendo-se dado a este acto uma certa solemnidade. De todas estas remoções e das ceremonias effectuadas por tal motivo dá conta no seu livro o padre Caldas.

XXVI

Cruzeiro de S. Francisco, em Guimarães

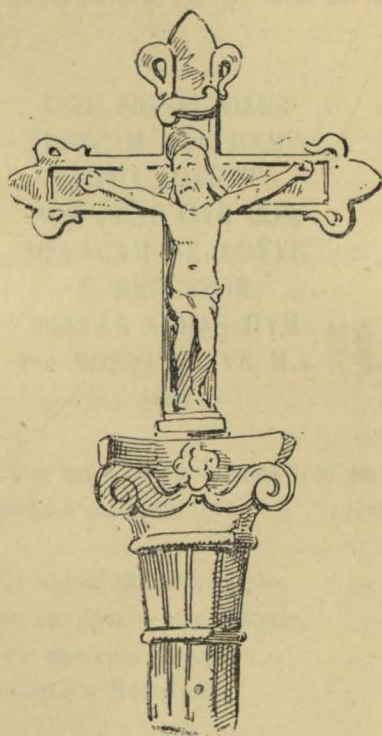
Este cruzeiro foi mandado erigir pelo padre mestre franciscano, Frei Antonio Fernandes, segundo se lê n'uma inscripção já um tanto gasta, gravada na base. Diz o sr. Albano Bellino, na sua «Archeologia christã», que data do seculo XVI e que fôra collocado para demarcar a jurisdicção da Ordem, á entrada do largo das Carvalhas, defronte da igreja conventual, d'onde foi ha poucos annos removido, por mandado da camara, para junto da parede do mesmo templo. Nem este auctor nem o padre Caldas, no seu livro «Guimarães», transcrevem a inscripção.

A nossa gravura, feita sobre um desenho do sr. Abel Cardoso, reproduz tão sómente a parte digna de menção, porque a base é vulgarissima, não parecendo até ser a primitiva por destoar do capitel. O conjuncto poder-se-ha ver a pags. 149 do livro do sr. Bellino.

XXVII

Cruzeiros de Santo Estevão e de Nossa Senhora da Esperança em Lisboa

Timidamente revelamos a existencia de um cruzeiro no amago da velha Lisboa, receiosos de que o destruidor camartello da civilisação municipal não o venha fragmentar, a titulo de que



Cruzeiro de S. Francisco, em Guimarães

BOL. DE ARCHIT. E ARCHEOL, T. X, N.º 5 — PAG. 220

peja a viação publica ou sob qualquer outro pretexto tão plausivel como aquelle.

Ergue-se este modestissimo emblema da fé christã, no bairro mourisco da Alfama, no adro ou terreiro, junto á igreja de Santo Estevão. A cruz, sem nenhum lavor ou imagem, firma-se n'um sóco de 1^m,50 de alto, baseando-se este em dois degraus.

Terá todo o monumento cêrca de quatro metros de altura. Na face do sóco volta da para a igreja, lê-se em nove linhas, a seguinte inscripção :

ESTE SIGNAL DARR
EDENÇAM QVE HVMD
EVOTO AQVI FES
POR PEDE QVE COM
DEVACAM SE LOVVE
O REDENTOR
PELLAS ALMAS HVM
P.e NOSSO E AVE M.a

1669

A inscripção tem uma fôrma poetica que se traduz n'esta quadra, orthographada á moderna :

Este signal da redempção,
Que um devoto aqui fez pôr,
Pede que com devoção
Se lóuve o Redemptor.

Falemos agora de outro, pela alma do qual já se pôde rezar um *Padre Nosso*.

Ha 70 annos que elle desapareceu da face da terra, do sitio onde campeou, sabe Deus por quantos seculos !

Estava elle situado entre o mosteiro da Esperança e as primeiras casas da rua direita que vae para Santos defronte das pilastras da escadaria do chafariz. Era um telheiro collocado sobre postes de ferro grossos, com vidraças de roda e duas esca-

das circulares de cantaria algum tanto ordinaria; dentro havia de um lado uma imagem da Senhora da Piedade, com o Senhor morto nos braços, e na parte opposta um crucifixo. Pendia do alto uma lampada que os fieis accendiam á noite.

Tanto na vespera como no dia em que a igreja venera especialmente a Santa Cruz, os moradores do sitio e mais devotos que de outros pontos accorriam, celebravam rija festa, apparecendo o singelo monumento todo engalanado de sedas e reverberante de lumes. O solo em volta esteirava-se de plantas aromaticas, as fogueiras ardiam, augmentando o clarão das luminarias, os foguetes estoiravam com frequencia, emtanto que a musica, num coreto, fazia palpitar de alegria o coração dos populares. No convento proximo havia pelo mesmo motivo, missa cantada e exposição do Santissimo.

Estes regosijos populares, ainda tão communs em Lisboa ha menos de meio seculo, foram julgados, senão indecorosos, pelo menos improprios de uma cidade de tal ordem e para sempre abolidos por um edital do municipio lisbonense de 1 de junho de 1854. Dir-se-hia termos voltado aos tempos medievacs, quando a mesma camara, invocando o auxilio de Deus em favor da causa do mestre de Aviz, extirpava o uso de certas usanças tradicionaes, que ella considerava como restos do paganismo.

O alvará de 1 de junho, prohibindo os arraiaes, já não teve effeito com relação ao da Esperança, porquanto o seu cruzeiro, que dava motivo ás festas, havia sido mandado demolir por um partido da camara municipal em janeiro de 1835. A empresa, para não ferir a susceptibilidade dos devotos, effectuára-se de noite, sendo removidas as imagens sagradas e a cruz para a vizinha casa conventual.

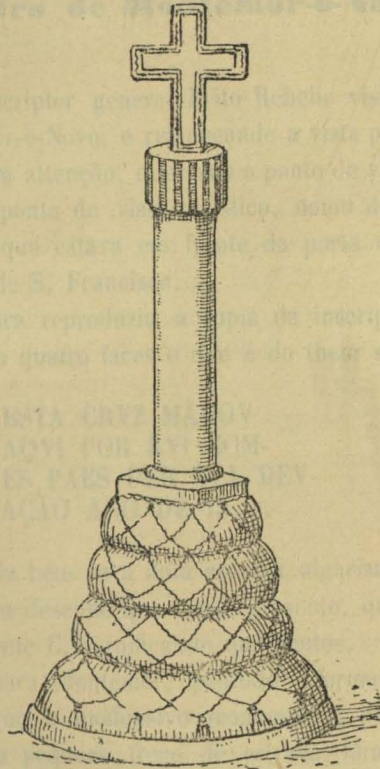
A igreja e o mosteiro da Esperança soffreram quasi total destruição, sendo completamenté restaurada e adequada a outros usos a parte que se não deitou abaixo. Não sabemos que destino levaram os objectos de culto e se ainda entre elles se conservam os restos do cruzeiro.

Este desapareceu para sempre, mas a sua memoria perpetua-se nas paginas interessantissimas da «Ribeira de Lisboa» do sr. visconde de Castilho, que foi beber as suas informações aos papeis legados pelo diligentissimo José Valentim de Freitas, a

que a escultura do Lobo deve trazer, pabulo que se encontra hoje na Real Associação dos Architectos Civis e Architectos Portuguezes.

XXIII

Cruzeiro de Montemor-o-Novo



Cruzeiro de Montemor-o-Novo

BOL. DE ARCHIT. E ARCHEOL., T. X, N.º 5 — PAG. 223

quem a archeologia de Lisboa deve tantos serviços, papeis que se archivam hoje na Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.

XXVIII

Cruzeiro de Montemór-o-Novo

O erudito escriptor general Brito Rebello visitou ha annos a villa de Montemór-o-Novo, e relanceando a vista por tudo o que podia attrahir a sua attenção, quer sob o ponto de vista archeologico, quer sob o ponto de vista artistico, notou desde logo um elegante cruzeiro, que estava em frente da porta da igreja do extincto convento de S. Francisco.

Na sua carteira reproduziu a copia da inscripção, que se achava gravada em quatro faces e que é do theor seguinte :

ESTA CRVZ MÂDOV
AQVI POR RVI GOM-
ES PAES PER SVA DEV-
AÇÃO ANO DE 15...

Não se recorda bem se a data era em algarismos arabicos, mas parece, por um desenho que temos presente, que era um B, talvez com o expoente C, significando quinhentos.

Escrevemos para Montemór, pedindo informações, e d'ali nos responderam que o inoffensivo monumento, por motivo da construcção de um pequeno troço de estrada, fôra demolido e acha-se hoje em fragmentos junto á parede da igreja.

O sr. José Manuel d'Almeida, digno secretario da camara, teve a amabilidade de tirar expressamente um desenho, que nos offereceu e de que nos utilisámos para a nossa estampa.

Ao municipio de Montemór cumpre quanto antes reparar o vandalismo, mandando reerguer o cruzeiro.

Convém, todavia, que a pessoa encarregada d'esta obra seja assaz instruida e habil, a fim de que todas as peças fiquem repostas cuidadosamente no logar e não appareça estropiada a inscripção.

Cruzeiro de Revélles, concelho de Montemór-o-Velho

Por analogia de nome approximamos este cruzeiro do antecedente, embora se achem situados em provincias diversas e a bastante distancia.

A entrada da povoação da Abrunheira, freguezia de Revélles, concelho de Montemór-o-Velho, existe um cruzeiro, em cuja base se lê a seguinte inscripção, que occupa as quatro faces:

- 1.^a Anno Domini
- 2.^a MDCCLXXX
J. A. D. C. F.
- 3.^a Hanc bona
posuit loco
Abrunheyra
Crucem
- 4.^a Ut omnes
adorent signa
redemptionis
suae

A legenda latina só nos diz que um devoto qualquer, cuja modestia o levou a inscrever apenas as iniciaes do seu nome, J. A. D. C. F., mandara erigir esta cruz no anno de 1780, no logar da Abrunheira, para que todos os transeuntes adorassem o signal da sua redempção.

O cruzeiro é de pedra calcarea e sem ornamentação de qualquer especie.

A sua existencia foi-nos communicada pelo sr. Annibal Fernandes Thomaz.

(Continua)

RELATORIO DA GERENCIA
DO
CONSELHO FACULTATIVO
EM 1904

Senhores: — O Conselho Facultativo, reconhecido á demonstração de confiança que recebeu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, e consciente da responsabilidade que assumiu com o encargo que lhe foi commettido, diligenciou por todos os meios ao seu alcance provar o alto apreço que lhe mereceu tão honrosa manifestação da parte d'esta Sociedade, esforçando-se por cumprir com escriptulosa pontualidade, dedicação e boa vontade as melindrosas funcções do seu cargo.

Zelar os interesses da Associação; manter-lhe os creditos, que nobremente tem conquistado; conservar-lhe o brilho e estreitar os laços de fraternidade e boas relações que existem com instituições similares, mereceu ao Conselho especial solicitude.

Ao terminar a sua missão, vem cumprir o dever de dar conhecimento e submeter á esclarecida apreciação da Assembléa geral os actos da sua gerencia; em simples e resumido relatório, despido de galas e de flores de estylo, sem outra pretensão senão a de merecer justiça aos sinceros desejos que o animaram a bem satisfazer os seus deveres, a elevar a maior auge o lustre d'esta Associação, e a honra da approvação das suas deliberações.

A' efficaz solicitude do nosso dignissimo Presidente se deve estarem terminadas as obras de reparação dos terraços d'este edificio, collocada a porta lateral do lado sul, pintada a principal, as vedações das cinco capellas, e a continuação das obras na casa

destinada a arrecadação e archivo da nossa Associação ; devendo realizar-se em seguida os concertos e pinturas necessarias nos caixilhos das janellas das capellas.

Constando ao Conselho, extra-officialmente, que uma commissão de fieis no desejo de commemorar o quinquagesimo anniversario da proclamação do dogma da Immaculada Conceição, pretendia restaurar a egreja arruinada de Nossa Senhora do Vencimento, do Monte do Carmo, séde definitiva d'esta Associação, desde 3 de maio de 1863, e restabelecer ali o culto em commemoração d'aquelle notavel facto nos annaes da egreja catholica, entendeu dever submeter á apreciação da Assembléa Geral esta tentativa de usurpação aos direitos da Associação, e de desacato ás tradições ligadas a estas ruinas que recordam uma época singular na historia portugueza, e constituem um padrão venerando ao nome illustre de D. Nuno Alvares Pereira, á sua gloria, á grandeza de seus feitos !

Numa época de egoismo, que é o cancro das Sociedades modernas, cumpre conservar em toda a sua integridade os vestigios das glorias avitas ; principalmente quando suggerem recordações de actos heroicos, patrioticos e desinteressados como os praticados pelo nobre Condestavel, esteio firme do throno e da independencia da patria !

Apezar do respeito devido aos sentimentos de piedade que inspiraram aquelle projecto á Commissão, não podia o Conselho deixar conculcar os direitos d'esta Sociedade, nem eclipsar sem protesto as nobres tradições dos altos feitos do insigne Condestavel, tronco da Casa de Bragança, que felizmente occupa hoje o solio de Portugal.

Solicitou pois a reunião da Assembléa geral, que teve lugar a 5 de maio proximo passado, que, tomando conhecimento do assumpto que motivava a sua reunião, e depois de unanime adhesão ao bem fundamentado protesto do nosso consocio o sr. Conde de Sabugosa, e ao do encarregado d'este relatorio, contra tal projecto, deliberou fazer subir á Augusta presença do Chefe do Estado uma representação supplicando não sejam attendidos os desejos da Commissão ; deduzindo n'esse documento proposições cuja verdade só pode impugnar o capricho ou a paixão.

A fim de ser presente a Sua Magestade El-Rei essa representação, entregou-a o nosso digno Presidente ao Ex.^{mo} Presidente do Conselho de Ministros, o sr. Hintze Ribeiro, que concordou plenamente com as justas razões expostas por esta Associação contra qualquer restauração que altere o aspecto vetusto e grave das ruínas do edificio do Carmo.

Foi grato ao Conselho ver ao lado da nossa Associação, defendendo e apoiando as suas idéas, o publico, a imprensa de todas as cores politicas, e todos que prezam a arte e respeitam as tradições que exaltam o nome portuguez!

Existindo em poder da Associação as peças principaes e mais notaveis do tumulo de D. Marianna d'Austria, projectou o Conselho completar e erigir aquelle monumento no nosso museu.

Acceitou Monsenhor Pereira Botto o encargo de solicitar do senhor Cardeal Patriarcha a cedencia dos restos d'esse monumento, que se acham em deposito no edificio de S. Vicente, e auctorição para d'ali serem removidos.

Annuiu Sua Eminencia com amavel complacencia aos desejos do Conselho, que, para effectuar o seu pensamento sem precipitação, pediu ao nosso socio o sr. Antonio Cesar Mena Junior o favor de examinar as peças cedidas, verificar o seu estado, e estudar o meio mais pratico e economico da sua remoção.

Depois de proceder a minucioso exame, informou o sr. Mena que pelo estado de deterioração em que encontrou os restos d'aquelle mausoleu, a sua difficil e dispendiosa remoção, e a impossibilidade de ficar perfeita a sua erecção com as peças referidas, lhe parecia não se dever levar a effeito este projecto, que elle proprio iniciara.

Conformou-se o Conselho com este parecer.

Consigna aqui a expressão do seu reconhecimento a Monsenhor Pereira Botto e ao sr. Mena pela solicitude que demonstraram em servir com zelo a nossa Associação.

Sendo convidada esta Corporação a tomar parte no Congresso d'architectura que se effectuou em Madrid, em Abril proximo passado, foi nomeado o sr. Rosendo Carvalheira, esclarecido membro d'esta sociedade, para a representar n'aquelle Congresso.

Em sessão de 30 de Maio do corrente anno, participou o sr. Secretario do Conselho que o sr. Carvalheira o prevenira que a Associação não tinha despeza alguma a fazer na inscripção como adherente do Congresso de architectura em Madrid; do que se deduz que o mesmo senhor tomou sobre si esse encargo, pelo que foram votados agradecimentos a este nosso digno consocio.

Em 9 de Maio proximo passado, foi enviada ás secções de architectura e de archeologia a proposta de Monsenhor Elviro dos Santos, sobre o projecto de ser substituido o actual frontão da egreja da Conceição Velha por outro em conformidade com a architectura geral d'aquelle edificio.

Sendo approvada pelas referidas secções e pela Assembléa Geral, foi enviada uma representação n'esse sentido ao Ministerio das Obras Publicas.

A comissão nomeada para solicitar a valiosa protecção de Sua Magestade a Rainha, para ser levado a effeito o projecto de que trata a proposta indicada, teve a honra de ser recebida por Sua Magestade, que com a sua singular benevolencia se dignou prometter o seu apoio e interesse para se realisar a substituição projectada.

A Comissão Executiva do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes mandou tirar copia das respostas á circular que esta Associação expediu em 1897 com respeito a monumentos nacionaes, e que poz á disposição do Governo logo que foram recebidas.

Tendo sua Eminencia o Senhor Cardeal Patriarcha, Presidente da comissão executiva para comemorar o quinquagesimo anniversario da proclamação do dogma da Inmaculada Conceição, officiado á mesa d'esta Real Associação pedindo que fosse nomeado um dos seus membros para fazer parte do jury que havia de apreciar o merito dos projectos apresentados no concurso para a edificação do templo a erigir em commemoração d'aquelle facto notavel e transcendente nos fastos da egreja catholica; foi convocada a reunião da Assembléa Geral, que, tendo conhecimento do referido officio, elegeu o nosso socio

effectivo o sr. Ventura Terra, que pela sua provada competencia e austeridade de character estava indicado para desempenhar aquelle melindroso encargo.

Foi agradavel ao Conselho esta demonstração de consideração que sua Eminencia deu, como representante da commissão mencionada, á nossa Associação; assim como a brilhante affirmação, que deram os concorrentes ao referido concurso, dos progressos recentes da arte architectonica em Portugal, evidentemente manifestados nos projectos apresentados, todos notaveis e honrosos para seus auctores.

Foi nomeada uma commissão para rever e classificar todos os mappas, desenhos, plantas de edificios e estampas que possui a Associação afim de se lhes dar publicidade no Boletim.

Por differentes serviços e donativos feitos a esta Associação, foram votados louvores e agradecimentos ao Presidente da Camara Municipal de Lisboa, o sr. Conselheiro Antonio d'Azevedo Castello Branco, e ao sr. Malaquias de Lemos, digno commandante das Guardas Municipaes; assim como aos nossos consocios os srs: Bernardino José de Carvalho, Jesuino Ganhado, Rosendo Carvalheira e Ascensão Valdez; socios que repetidas vezes têm dado exuberantes provas da sua incansavel dedicação a esta Collectividade, prestando-lhe bons e valiosos serviços.

Julgou o Conselho do seu dever dar uma demonstração do seu reconhecimento ás provas de consideração que a esta Associação tem dado o sr. Commandante Geral das Guardas Municipaes; resolveu, por isso, offerecer bilhetes de entrada permanente no Museu d'esta Sociedade a S. Ex.^a e sua familia; assim como um para uso dos officiaes em serviço no quartel do Carmo.

Foi accete este offerecimento pelo sr. Malaquias de Lemos, que o agradeceu com a sua proverbial delicadeza e cortezia.

A pedido do Conservador da nossa Bibliotheca, feito em nome d'esta Real Associação, cedeu, com a mais obsequiosa gentileza, a Academia Real das Sciencias de Lisboa, para a nossa

livraria 423 obras, todas ellas de incontestavel merito, como são as publicações da primeira corporação scientifica do paiz.

Muito concorreu para este importante donativo a boa vontade e desejo de obsequiar esta Associação, da parte da Academia, e especialmente do seu digno Secretario Geral, o sr. Adriano Augusto de Pina Vidal, e do sr. Antonio da Costa Moreira, zeloso empregado superior da mesma Academia, a quem foi commettido o encargo da escolha das obras que nos foram concedidas.

Esta importante dadia, que muito contribuiu para valorisar e dar lustre á nossa Bibliotheca, foi devidamente agradecida com reconhecimento pelo nosso socio conservador da Bibliotheca, que no seu relatorio annual dará minucioso conhecimento d'este facto, bem como do desenvolvimento da referida Bibliotheca durante o corrente anno.

O conselho, como fiel interprete do reconhecimento da Real Associação, tem a satisfação de consignar aqui a expressão da sua gratidão á Academia Real das Sciencias de Lisboa por esta demonstração de deferencia para com esta Sociedade.

Já foi entregue a esta Associação o retrato do fallecido socio benemerito Joaquim José da Nova, executado pelo sr. Antonio Felix da Costa com a pericia que revelam as suas obras.

Exactidão de parecença, correcção de desenho, harmonia de proporções e belleza de colorido, constituem aquelle notavel trabalho.

Os retratos dos srs. Valentim José Corrêa e Conde de S. Januario, acham-se em preparação pelo mesmo distincto pintor e nosso estimavel socio, que os executa gratuitamente em obsequio á Associação.

Solicitou o nosso consocio, o sr. Manuel Joaquim de Campos, em nome do socio o sr. dr. José Leite e Vasconcellos, permissão para reproduzir em gesso dezoito inscrições e estatuas romanas, com destino a serem expostas no Museu Ethnologico Portuguez.

Entendeu o Conselho que não estava nas suas attribuições resolver este pedido que devia ser dirigido á Assembléa geral pelo sr. Leite e Vasconcellos como director d'aquelle muscu e não como-membro d'esta Associação.

Em sessão de Assembléa geral celebrada a 26 d'Outubro do corrente anno, ratificou o sr. Leite e Vasconcellos o pedido mencionado, ampliando-o a objectos pre-historicos, e declarando que o fazia como membro d'esta Sociedade e não como director do Museu Ethnologico.

Concedeu a Assembléa que fossem reproduzidos os objectos d'aquelles dois grupos, romano e pre-historico pertencentes á Associação, não se considerando auctorizada a poder fazer igual concessão com referencia aos depositados no nosso museu por differentes entidades.

Todavia na seguinte sessão de Assembléa geral que se effectou a 18 de Novembro ultimo, manifestaram alguns membros duvidas sobre a redacção da acta da sessão anterior na parte respectiva ao referido pedido; dando-se porém por satisfeitos com a resolução da Assembléa para que fosse consignado na acta que a da sessão anterior fôra approvada com as seguintes acclarações: 1.º que os objectos de que o sr. dr. Leite e Vasconcellos deseja mandar tirar copia em gesso, são destinados ao Museu Ethnologico Portuguez; 2.º que só em presença d'um documento assignado pelo mesmo sr. Leite e Vasconcellos, no qual declare especificadamente quaes os objectos que pretende copiar, é que poderá auctorisar-se definitivamente essa copia.

Com o numero doze terminou o nono volume do nosso Boletim que continua a ser distribuido pelos socios que a elle têm direito e pelas differentes corporações e imprensa periodica a que esta Associação o costuma offerecer, e principiou a distribuição do decimo volume que publicou no seu primeiro numero o retrato do instituidor d'esta Sociedade e nosso antigo Presidente o sr. Possidonio da Silva, homenagem que ha muito a benemerita commissão encarregada d'aquella publicação desejava prestar á memoria d'aquelle nosso prestantissimo socio de saudosa recordação.

Attendendo á elevação dos preços dos generos de primeira necessidade, e ao pontual desempenho no cumprimento das suas obrigações pelos empregados da Real Associação, elevou o Conselho a doze mil réis mensaes o ordenado do guarda do Museu e a seis o do porteiro, a quem é concedida residencia n'este edificio.

Foi o Conselho obrigado a fazer algumas despesas extraordinarias com melhoramento de illuminação da sala das sessões; fardamentos novos para os empregados; uma estante para exposição de mappas e estampas na Bibliotheca, e subscrição para o mausoleu do grande poeta e notavel prosador Visconde d'Almeida Garrett, conforme foi votado em assembléa geral.

Estas despesas e as mais que foram auctorisadas pelo Conselho serão descriptas com o costumado desenvolvimento pelo nosso dedicado Thesoureiro no seu relatorio annual por occasião da apresentação das suas contas, na fórma preceituada pelos nossos estatutos.

Teve o Conselho especial cuidado em não exceder as forças do cofre e conservar um saldo effectivo que possa occorrer a qualquer eventualidade.

Durante o corrente anno foram nomeados quatro socios effectivos e dois correspondentes, passando um d'estes, o sr. Francisco Tavares Proença Junior á classe de effectivo.

Com pesar do conselho foi eliminado da lista dos nossos consocios o nome do sr. dr. Francisco José de Faria, por se achar incurso na primeira e segunda parte do artigo 35.º dos estatutos d'esta Associação.

No presente anno foram offerecidos para o nosso Museu os seguintes objectos:

Pelo nosso digno Presidente o sr. conselheiro Augusto José da Cunha, duas medalhas, uma cunhada em homenagem a S. Ex.^a, como director da Casa da Moeda, e outra ao dr. José Thomaz de Sousa Martins, de saudosa e boa memoria;

Pelo director do Arsenal da Marinha, o sr. Guilherme de Brito Capello, duas pedras d'um cruzeiro em que se acha gravada a data de 1736, alem d'um versiculo do Ecclesiastes.

Pelo nosso secretario o sr. Rocha Dias, oito moedas brazileiras, cinco em nikel e tres de cobre;

Pelo nosso consocio o sr. Jesuino Ganhado, um interessante vaso italo-grego;

Pelo sr. Ricardo José dos Reis Moraes, uma collecção de medalhas em prata, commemorativas do 4.º centenario da descoberta

do caminho marítimo para a Índia, e uma caixa de rapé com o retrato de Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria II;

E pelo visitante o sr. Augusto Thiago de Sousa, uma moeda romana e outra brasileira, ambas em prata.

Na lista, infelizmente já longa, dos obitos dos membros d'esta Sociedade, registramos, com profunda magua, mais tres nomes de socios que a implacavel mão da morte arrancou ao seio da nossa Associação!

No decurso d'este anno falleceram os srs.:

Eugenio Francisco Xavier dos Santos Remedios, architecto civil residente em Hong-Kong.

José Tedeschi, nosso antigo e prestante socio que muito concorreu, assim como o sr. Visconde de Alemquer, na qualidade de vereadores da Camara Municipal de Lisboa, para ser removida a expensas do Municipio a enorme quantidade de entulhos que obstruiam este edificio quando foi entregue á nossa Associação para n'elle fundar o seu Museu archeologico.

Foi a morte d'este nosso consocio uma surpresa pungente para o Conselho; porque, apesar da sua avançada idade, conservava-se rijo e activo sem desconto dos annos, e sempre pressuroso e solícito em obsequiar.

Francisco Simões Margiochi, cujo nome constitue um elogio! Nobre de sentimentos e instinctos generosos, possuia o espirito de beneficencia e caridade que exerceu com larga prodigalidade, não levado da aura popular, mas da forte inspiração de bem fazer!

Cortez e affavel por natureza, era d'uma singular modestia, que é o esmalte do talento, e que muitas vezes representa uma delicada concessão feita pelo merito á inferioridade.

A boa memoria do seu nome será como uma eterna auréola sobre a sua campa, que contemplamos com reverencia e saudoso respeito!

Pela irreparavel perda de tão dignos consocios, foram consignados votos do mais sincero sentimento, assim como pelo doloroso e profundo golpe que feriu o nosso presado vice-secretario o sr. João Rodrigues Fernandes, pelo fallecimento da sua extremosa mãe!

Termina o Conselho fazendo votos pela prosperidade e pro-

gressos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, confiando que no seu amor pelo estudo, pela sciencia e no santo desejo que a anima a esclarecer a humanidade, desvanecendo as paixões da ignorancia, e proseguindo nas investigações archeologicas tão necessarias para o conhecimento da successiva evolução das sociedades, costumes e idéas, demonstrará, não só que a humanidade caminha sempre recolhendo e aperfeiçoando a herança das gerações que vão passando, como que se out'ora dominou a força do braço, hoje domina a potencia do cerebro, e depois de rasgados os privilegios hereditarios, só a virtude, o talento e o trabalho nobilitam e exaltam!

Lisboa, 29 de Dezembro de 1904.

Augusto José da Cunha

Gabriel Pereira

João Verissimo Mendes Guerreiro

Caetano da Camara Manuel

João Rodrigues Fernandes

José Joaquim d'Ascensão Valdez

Ernesto da Silva

Jesuino Arthur Ganhado

Eduardo Augusto da Rocha Dias — Secretario

Visconde da Torre da Murta — Relator

PELOURINHOS (*)

23^a. Carta do Conde de Raczynski á Sociedade Artistica e Scientifica de Berlim (*Les arts en Portugal*, pag. 423-26).

Lisbonne, 16 Janvier 1845.

Messieurs,

Les *pelourinhos* se rencontrent dans presque tous les bourgs du Portugal, et si on pouvait déterminer l'époque précise où chacun d'entre eux fut fait, ils formeraient à eux seuls une histoire complète de la marche que le goût dans les arts a suivie en Portugal. Ces poteaux auraient un charme très grand, si l'imagination pouvait se détacher de leur destination. Au nord du Portugal, ainsi que l'assure M. de Varnhagen (voyez lettre 21^e, app. 2), on rencontre peu de *pelourinhos*; mais en revanche on trouve une infinité de croix et d'images sur les places, sur les routes ou devant les églises. Ces signes de dévotion présentent les formes les plus variées.

M. le vicomte de Juromenha m'a fourni les renseignements que vous trouverez dans l'appendice qui accompagne cette lettre. Sans vouloir attaquer le vœu par lequel il termine cette pièce si intéressante, j'ose en former un autre. Je voudrais que sur tous

(*) Sobre este assumpto está publicado no *Boletim* da nossa Associação, t. VII, pag. 76 e 77, um artigo do sr. Gabriel Pereira.

les *pelourinhos* du Portugal on gravât les noms des badigeonneurs, des mauvais restaurateurs de tableaux et des architectes qui, en mutilant ou en dénaturant les anciens édifices, leur *raviront dorénavant* leur caractère primitif. Je dis *dorénavant*, car en bonne justice les voeux même ne devraient pas tendre à être rétroactifs, et ne devraient porter que sur l'époque qui suit leur publication.

Communication du vicomte de Juromenha — 27 octobre 1844.

L'étymologie du mot *pelourinho* se trouve consignée dans de très anciens documens. Les mots *Piloria*, *Pilorium*, *Spilorium*, *Poloritium* et *Pélerinum* (presque comme nous disons aujourd'hui en portugais : *Pelourinho*) se rencontrent dans des actes des XII^e et XIII^e siècles ; tant français qu'anglais. Sauval dit que, dans un contrat de 1293, il est fait mention d'un puits sur une place de Paris, où l'on faisait des exécutions. Ce puits est appelé *Puteus dictus Lory*, d'où il conclut que l'instrument d'exécution prit son nom du puits qui existait dans ce lieu et qui appartenait à un bourgeois nommé Lory. D'autres auteurs font dériver ce nom de *Pila* ou *Piloritium*, étymologie qui me semble plus naturelle.

Le *Pelourinho* n'est autre chose que la colonne *Mœnia* des Romains, qu'ils introduisirent dans les Gaules, quand ils conquièrent ce pays et que nous imitâmes des Français au commencement de la monarchie. Anciennement nous appelions ces poteaux *Picota*. Ils consistent en une colonne de pierre ou de brique, ayant à son sommet une cage qui tournait horizontalement. C'est là qu'on exposait le patient ; il y faisait plusieurs tours, la face toujours dirigée vers le public. De là l'usage, encore existant, d'infliger aux criminels la peine de faire trois fois le tour de la potence. Il avait enfin un autre but : c'était de faire connaître au public la figure du faussaire. *Latro falsonarius judicabitur per communia, et ponetur in pelorico ut omnes eum videant et cognoscant.* — Charta majoria Rothomagi et Faleriæ.

Il y avait dans divers endroits en France des piloris qu'on plaçait ordinairement dans les carrefours. On en voyait plusieurs à Paris, dont le principal était élevé sur le *carreau* des halles.

Il était en maçonnerie, de forme octogone, avec sa cage, et il a existé jusqu' en 1789. En Portugal, les *pelourinhos* se rencontrent toujours dans l'intérieur des villes, sur les places publiques et presque toujours devant l'hôtel-de-ville. La potence, au contraire, est située hors de la ville et sur une éminence d'où elle peut être aperçue.

Dans l'ancien livre des forteresses du royaume déposé aux archives royales, fait par Duarte d'Armas, peintre du roi dom Manuel, je rencontre plusieurs piloris. Ce sont ceux de Sabugal, de Castello Mendo, de Mogadouro et de Penacova. Ils ont la même forme que les piloris français, ce qui pour moi a été tout à fait nouveau. On y voit les cages ou guérites pour l'exposition des criminels. Presque tous ceux que j'ai vus consistent en une colonne, plus ou moins ouvragée, placée perpendiculairement sur une base entourée de degrés. Du point supérieur de cette colonne, sortent quatre bras de fer ayant à leur extrémité un anneau et une chaîne. Elle est surmontée d'une couronne ou d'un chapiteau. Celui de Coimbra se terminait en couteau. La guérite de celui d'Arruda est carrée. Les arcs en sont ouvragés ; et il est, ce me semble, surmonté d'un écusson. Celui de Batalha est assez ouvragé ainsi que ceux d'Alverca et de Cintra. Il ne faut pas prendre la colonne qui se trouve sur la place de Cintra pour un *pelourinho* : c'est une fontaine.

Le mot *Picota* signifiait, en terme de justice et de municipalité, le local où l'on exposait les malfaiteurs et où on leur infligeait les peines déterminées par les autorités locales. Le Code d'Alphonse, liv. 1.^{er}, tit. 28, ordonne l'exposition des boulangers, des bouchers et des revendeuses, pris en défaut dans l'exercice de leur commerce. Par une ordonnance de la chambre de Viséu, de 1304, il est dit que tout boucher accusé et convaincu de se servir de faux poids sera exposé. Il en est ordonné de même des boulangers et l'acte dit : *Qu' il paie cinq sous et qu' on l' expose*. Une autre ordonnance de la chambre de commerce de Porto, fixe les amendes et autres punitions qui doivent être prononcées contre les boulangers qui vendraient le pain à des prix proportionnellement supérieurs à ceux fixés pour les céréales.

Les *pelourinhos* servaient aussi aux peines capitales. D'après un document cité par Ducange, nous voyons que vers l'an 1438,

Charles VII, roi de France, fit exécuter, près le pilori, un Français qui s'était fait anglais. *Ante prandium fecit rex publice, prope pilorium, amputare caput Bertrandi de Arat, militis proditoris, qui se fecerat anglicum.* Celui que l'on voit sur la place de l' Arsenal de Lisbonne, n'est pas non plus immaculé. Un cadet (soldat noble) y fut exécuté pour l'horrible crime de fratricide.

Les *pelourinhos* servent encore aujourd'hui à un autre usage, qui également n'est pas toujours innocent : on y affiche les édits de la municipalité, les impôts, etc.

En 1834, pour imiter la révolution de France, on a arraché les bras de fer de quelques *pelourinhos*, afin d'effacer la mémoire de leur ancienne destination, ou, pour mieux dire, de leur destination surannée ; car dans les derniers temps ils n'étaient plus que l'emblème de la juridiction municipale. J'aurais préféré qu'on laissât les bras de fer qui ne tourmentaient plus personne, et qu'on y affichât des ordonnances salutaires. Cette expiation eut été bien plus satisfaisante.



REAL ASSOCIAÇÃO

dos

ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

ACTA N.º 8

Sessão de Assembléa geral em 8 de Março de 1903.

Presidencia do Ex.^m Sr. Conselheiro Augusto José da Cunha.
Secretários, Rocha Dias e o sr. J. Rodrigues Fernandes.

Abertura ás 8 e meia horas da noite, estando presentes, alem da mesã, os seguintes socios srs. :

J. V. Mendes Guerreiro, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, dr. Caetano da Camara Manuel, dr. José Leite de Vasconcellos, Visconde da Torre da Murta, Ascensão Valdez, Manuel Joaquim de Campos, Jesuino Ganhado, Julio Augusto Ferreira e Antonio Felix da Costa.

Acta — approvada.

Comunicações recebidas :

Da Sociedade dos Architectos Portuguezes, agradecimento pelo voto de congratulação que a nossa Associação consignou nas actas, quando foi conhecido o brilhante exito que a architectura nacional obteve no concurso para a igreja monumento á Immaculada Conceição.

Dos secretarios das secções de Archeologia, Architectura e Construcção, participando que foram eleitos para funcçionarem durante o corrente anno os seguintes socios : na 1.ª secção, presi-

dente, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos ; secretario, Ascensão Valdez ; delegado, Guilherme J. C. Henriques ; secretario supplente, Victor Ribeiro ; delegado supplente, Arthur Lamas : na 2.ª, presidente, João Verissimo Mendes Guerreiro ; secretario, José Alexandre Soares ; supplente, Antonio Cesar Mena Junior ; delegado, Visconde da Torre da Murta ; supplente, Francisco Carlos Parente : na 3.ª, presidente, Caetano Xavier d'Almeida da Camara Manuel ; secretario, Manuel Joaquim de Campos ; supplente, João Rodrigues Fernandes ; delegado, Jesuino Arthur Ganhado ; supplente, Bernardino José de Carvalho.

Da commissão executiva do monumento ao benemerito e glorioso jornalista Eduardo Coelho, agradecendo a participação que esta Associação tomou nas homenagens que lhe foram prestadas por occasião de se inaugurar solemnemente esse monumento na alameda de S. Pedro de Alcantara.

Do sr. Julio Augusto Ferreira, manifestando o seu reconhecimento por ter sido eleito socio effectivo.

Do sr. Ernesto da Silva, thesoureiro, justificando a sua falta á sessão por incommodo de saude e delegando no secretario Rocha Dias a apresentação das suas contas de gerencia no anno findo com os respectivos documentos.

Justificaram tambem a sua falta os sr. Francisco Carlos Parente e José Alexandre Soares.

Foram remettidas ao Conselho duas propostas para admissão de socios effectivos.

Leu-se na mesa o convite da commissão organisadora do 7.º congresso internacional de architectos em Londres no anno de 1906, pedindo a esta Associação que represente em Portugal aquella commissão e, entre outros assumptos, que indique as questões que especialmente deseja que se discutam no mesmo congresso. — Resolveu-se acceitar este convite, prestar os esclarecimentos pedidos, e propor para discussão do congresso «A influencia da architectura gothica ingleza no gothico portuguez, como o attesta o monumental edificio da Batalha.»

Teve approvação unanime a seguinte proposta :

«O Conselho Facultativo pede á Assembléa Geral que con-

sinta em que o 1.º conservador do Museu, o Ex.º Sr. Gabriel Pereira, seja aggregado ao mesmo Conselho, onde S. Ex.ª não pode agora ter voto, visto que deixou de ser Presidente da secção de Archeologia no principio do anno corrente.

Museu do Carmo, 1 de Março de 1905.

O Secretario

Eduardo A. da Rocha Dias

O sr. Visconde da Torre da Murta leu o relatorio do movimento da Bibliotheca no anno findo.

Foi resolvido que se publicasse no Boletim em demonstração de apreço pela fórma brilhante por que está redigido.

Approvou-se um voto de sentimento pela morte do pae do digno socio effectivo sr. Mena Junior e pela do general Eduardo Castel-Branco, que reorganizou o Museu de artilharia.

Lido o relatório do thesoureiro, que accusa um saldo de 435\$000 réis, foi eleita a commissão revisora de contas, da qual ficaram fazendo parte os srs. Visconde da Torre da Murta, Ascensão Valdez e Manuel Joaquim de Campos.

O sr. dr. Leite de Vasconcellos disse que pedira como socio effectivo d'esta Associação e não como director do Museu Ethnologico Portuguez, que a Assembléa geral lhe permittisse mandar copiar em gesso os objectos romanos e pre-romanos existentes no Museu do Carmo; que, tendo a assembléa n'essa mesma sessão concordado em acceder a este pedido, apenas mediante uma restricção que consta da respectiva acta, não pudera deixar de estranhar o officio que recebeu da Mesa, convidando-o a pedir, por escripto e como director do Museu Ethnologico, auctorisacção para se fazerem as mencionadas copias, especificando os objectos, conforme fôra resolvido pela assembléa em 18 de dezembro de 1904.

Depois das explicações dadas pelos srs. Presidente, Mendes Guerreiro, Jesuino Ganhado, Rodrigues Fernandes e Rocha Dias, todas no sentido de que não se alterára a resolução tomada e que tão sómente se tratára do melhor modo de tornal-a effectiva, não

tendo havido o minimo intuito de maguar aquelle illustrado socio, mas apenas o desejo de conseguir, para salvaguarda de responsabilidades, que ficasse authenticamente registada a sahida de taes copias: e depois de ter o sr. dr. Leite de Vasconcellos insistido em que fizera o pedido como socio e não na qualidade de director, que é, do Museu Ethnologico, embora as copias sejam destinadas a figurar lá, o mesmo sr. Vasconcellos apresentou uma relação, por S. Ex.^a assignada, (*) em que enumerava os objectos que desejava copiar; e logo foi unanimemente confirmada a auctorisacão requerida, ficando liquidado este incidente.

As secções de Archeologia e Architectura mandaram para a mesa os seus pareceres sobre uma proposta ácerca de pelourinhos. Resolveu-se nomear uma commissão para, em vista dos dois pareceres, formular um parecer definitivo. Essa commissão é composta dos srs. João Verissimo Mendes Guerreiro, presidente da secção de architectura, Monsenhor Elviro dos Santos, presidente da secção de archeologia, Ascensão Valdez, José Alexandre Soares, secretarios das duas secções, e Sebastião da Silva Leal, auctor da proposta.

(1) «Relação dos objectos cujas copias de gesso desejo, as quaes me foram concedidas pela Assembléa geral da Associação dos Architectos e Archeologos:

Estatua de granito (tem o n.º 3872).

Dois pucaros de barro — n.ºs 1185 e 49.

Duas fibulas — n.ºs 306 e 295.

Rodella de barro ornamentada n.º 3.

Quatro vasos de barro sem numero.

Onze machados de bronze.

Duas placas de lousa ornamentadas.

Pedra com uma figura, que está á esquerda do n.º 3861.

Todas as inscrições romanas e esculpturas romanas.

Os objectos a que me refiro são, como se vê, uns romanos e outros pre-romanos. Todos de Portugal. Os numeros estão nos proprios objectos.

O socio effectivo

(a) José Leite de Vasconcellos

O secretario Rocha Dias, referindo-se a um artigo publicado no jornal *O Elmano* de 18 de Fevereiro ultimo ácerca da igreja de Jesus, em Setubal, propoz que se pedisse ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes para a considerar comprehendida no artigo 1.º, alinea a) do seu regulamento e tratar dos meios da restauração da fachada de tão notavel edificio.

Foi approvedo officiar n'esta conformidade ao nosso distinctissimo socio sr. Gabriel Pereira, Presidente do referido Conselho Superior.

E não havendo mais de que tratar, o sr. presidente encerrou a sessão ás dez horas da noite.

O Secretario

Eduardo A. da Rocha Dias

APONTAMENTOS DE LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA

(Contin. do n.º 2, pag. 86)

Anno de 1899

Expropriações declaradas urgentes. —

Datas dos decretos. — Expropriação de terreno para a conclusão da estrada municipal n.º 14 do conc. da Guarda; Jan., 26. — de um terreno com as suas nascentes de aguas para abastecimento de Villa Franca do Campo; Fev., 9. — de um predio urbano para alargamento do jardim publico da villa de Chaves; Março, 16. — de terreno para construcção de um lanço da estrada da Constancia á Guerreira e da estrada de serviço da estação de Sabugosa ao logar do Senhor dos Afflictos; Abril, 13. — de terreno para conclusão do reducto militar da Ameixoeira; Junho, 2. — de um moinho na margem direita do rio Corgo para installação de um deposito de agua para o motor da producção da luz electrica da iluminação publica de Villa Real; Junho, 2. — de diversos predios para alargamento e regularisação do pavimento no largo de Alcantara da cidade de Lisboa; Julho, 8. — de tres predios urbanos para regularisação da praça dos paços do concelho de Torres Novas; Julho, 13. — de terreno para a execução de todas as obras de abastecimento de agua potavel na cidade do Funchal; Lei, 26, Julho. — de terrenos para a construcção de um novo edificio destinado ao hospital da Misericordia de Aveiro; Lei, 1, Agosto. — de varios terrenos para a construcção de duas ruas na cidade de Coimbra; Agosto, 1, — de um terreno para a construcção do cemiterio parochial da freg. de Moreira de Rey, conc. de Fafe; Agosto, 1. — de um predio urbano para o

estabelecimento da succursal da manutenção militar na cidade de Coimbra; Agosto, 17. — de um predio para ampliação de um largo na Costa Nova do Prado, conc. de Ilhavo; Agosto, 17. — de terreno para facilitar o acesso ao estabelecimento balnear da Fadagosa de Mação; Agosto, 17. — de terreno para a construção de uma rua de comunicação entre a estrada municipal e o estabelecimento thermal das Caldas das Taipas, freg. de S. Thomé de Caldellas, conc. de Guimarães; Agosto, 23. — de terreno para ampliação da esplanada da praça de S. Julião da Barra; Set., 1. — de terreno lavradio para a construção de um posto de despacho na estrada da circumvallação do municipio do Porto; Set., 27. — de terreno para a construção de um lanço da estrada da circumvallação do municipio de Lisboa; Nov., 16. — de terreno para alargamento do caminho publico de Arcassó a Vidago (Chaves); Nov., 30. — de diversos terrenos para abertura de ruas e construção de um mercado na villa de Loulé; Dez., 23.

Auctorisações a camaras municipaes e juntas de parochia. — *Datas dos diplomas respectivos (leis, decretos, portarias).* — Auct. a cam. mun. de Alcacer do Sal, construção da estrada d'aquella villa, pelos Martyres, ás marinhas da Telhada; Abril, 13. — Cam. mun. de Villa Pouca de Aguiar, obras de reparação da cadeia civil, e dos paços do concelho, e construção de um edificio escolar naquella villa; Maio, 10. — Cam. mun. de Baião, obras dos paços do concelho; Maio, 10. — Cam. mun. de Oliveira de Azeis, obras de saneamento dos paços do concelho; Maio, 10. — Cam. mun. de Mação, obras para abastecimento de agua potavel; Maio, 18. — cam. mun. de Murça, obras de vedação do cemiterio daquella villa; Maio, 18. — cam. mun. de Vimioso, saneamento e abastecimento de aguas; Maio, 25. — cam. mun. de Bragança, obras do pontão sobre o rio Baceiro, e outras; Junho, 2. — cam. mun. de Arrayollos, continuação das obras dos paços do concelho; Julho, 8. — cam. mun. de Baião, construção de um cemiterio na freg. de Viariz; Julho, 8. — cam. mun. de Cintra, permissão para construir e explorar um caminho de ferro de via reduzida em leito proprio, a partir da villa de Cintra por Collares á praia das Maças; Julho, 29. — cam. mun. de Lamego, construção de um novo cemiterio naquella cidade; Agosto, 1. — cam. mun. de Redondo,

conclusão das obras de canalisação das aguas potaveis; Agosto, 1. — cam. mun. de Coimbra, canalisação de aguas d'aquella cidade até Cellas e varias reparações; Agosto, 1. — câmaras municipaes de Fafe, Vagos, Gondomar, Alfandega da Fé e Villa Real de Santo Antonio, obras de construcção dos respectivos paços do concelho; Agosto, 17. — cam. mun. de Castro Marim, reparação dos paços do concelho; Agosto, 17. — cam. mun. de Villa de Rei, compra dos paços do concelho; Agosto, 17; — cam. mun. de Fornos de Algodres, obras do novo mercado; Agosto, 17; — cam. mun. de Terras do Bouro, ampliação dos paços do concelho e outras obras; Agosto, 17. — cam. mun. de Monsão, melhoramentos do estabelecimento thermal por ella administrado; Agosto, 23. — cam. mun. de Castro Verde, construcção dos paços do concelho; Set., 1. — cam. mun. de Redondo, conclusão das obras de canalisação de aguas potaveis; Set., 1. — cam. mun. de Montemor o Velho, construcção de uma casa destinada á estação da bomba de incendios e arrecadação de material e utensilios das obras do municipio; Set., 27. — cam. mun. de Odemira, obras de reparação dos caminhos vicinaes e de edificios escolares, etc.; Out., 4. — cam. mun. de Arrayollos, construcção dos paços do concelho; Nov., 2. — cam. mun. de Villa do Bispo, differentes obras; Nov., 16. — cam. mun. de Ovar, conclusão dos paços do concelho; Dez., 23. — junta de parochia da freg. de Modellos, conc. de Paços de Ferreira, conclusão do cemiterio parochial; Março, 23. — junta de parochia de Vilella, conc. de Paredes, construcção do cemiterio da freguezia; Agosto, 1. — junta de parochia da freg. de Real, conc. de Castello de Paiva, construcção do cemiterio parochial; Agosto, 17, e Out., 26. — junta de parochia da freg. de Pombeiro, conc. de Felgueiras, construcção do cemiterio parochial; Set., 1. — junta de parochia da freg. de Santo André do conc. de Poiares, construcção de um novo cemiterio; Dez., 23.

Edificios de conventos extinctos e outros

— Comissão para elaborar o programma de estudos da restauração do edificio da «Sé patriarchal de Lisboa»; Port., Jan., 16. — Concedida provisoriamente á confraria de N. S. dos Remedios da Villa de Chaves a igreja de S. João de Deus, com os seus retiros, etc.; Decr., Fev., 16. — Concessão provisoria á cam. munic.

de Evora dos edificios em ruinas dos «conventos de Santa Catharina de Sena e de Santa Monica», para serem demolidos, substituindo-se o primeiro por uma praça e mercado coberto, nas condições modernas, e applicando-se o segundo á «construcção de casas baratas para familias de artistas, operarios e trabalhadores pobres»; Dec., Fev., 23 — Concedido á cam. mun. de Evora o uso do «palacio» denominado de D. Manuel para estabelecer uma exposição permanente de productos naturaes e artificiaes do districto; Decr., Fev., 28. — Auctorizado o governo a conceder definitivamente á confraria de Santo Antonio de Vizeu «o convento do Bom Jesus», a respectiva igreja e a parte da cerca não expropriada; Lei, Julho 29. — Concedido á junta de parochia de S. Sebastião de Lagos o convento em ruinas de N. S. da Gloria; Lei, Julho, 21. — Concedido á misericordia da cidade da Horta o edificio e igreja do supprimido «convento da Gloria» em ruinas, para a construcção de um hospital; Lei, Julho, 29. — Auct. «a confraria de Nossa Senhora da Pedra Maria», da freg. de Varziella, conc. de Felgueiras, a adquirir o terreno necessario para construcção de «um asylo de velhos e velhas»; Port., Agosto, 16. — auct. a Misericordia de Setubal a entrar na posse e administração do asylo «Barradas» em cumprimento da disposição testamentaria de D. Maria Emilia da Mata Negrão Barradas; Port. Agosto. 26. — Concedeu-se provisoriamente á cam. mun. de Souzel o terreno e muralhas do antigo castello da villa para construcção de edificios destinados á accommodação de serviços municipaes e collocação do mercado semanal; Decr., Set., 2. — Auct. o «Asylo da Infancia Desvalida da cidade de Setubal» a applicar certas quantias á construcção de um novo dormitorio; Port., Set., 27.

Instrucção Publica. — *Academia Polytechnica do Porto.* — Ordenou o governo ao respectivo conselho que propozesse a reforma dos estudos n'ella professados; Port., Jan., 3, Out., 10. Empréstimo de 200:000:000 réis para se concluir o edificio d'este estabelecimento; Lei, Agosto, 1.

Instituto Infante D. Affonso. — *Estatutos*; Decr., Março, 9, Nov. 4.

Premios pecuniarios e menções honrosas aos alumnos mais distinctos nos exames finaes do 2.º grau de instrucção primaria elementar; Port., Abril, 28.

- Escolas practicas de telegraphia* — Decr., Maio, 10.
- Real Casa Pia de Lisboa* — «Escola practica elementar de telegraphia»; Decr., 18, Maio, 16, Nov.
- Engenharia naval* — Subsídio a alumnos para irem estudar nas escolas estrangeiras; Decr., Set., 12.
- Escolas normaes primarias*. Concessão de pensões; Port., Agosto, 31.
- Ensino pratico d'agricultura* — Plano organico; Decr., 17, Out.
- Observatorio astronomico da Escola Polytechnica*. Conclusão de obras e installações. Decr., 12, Dez.
- Inspecção do ensino technico nas escolas industriaes e commerciaes* — Decr., 23, Dez.
- Museu Ethnologico Portuguez* — Aggregado aos serviços a cargo do Conselho Superior dos monumentos nacionaes; Decr., 23, Dez.
- Museus industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto* — Extinctos. Decr., 23, Dez.
- Direcção de officinas* no Ministerio das Obras Publicas. — Decr., 28, Dez.
- Officina de instrumentos de precisão*. Regulamento; Decr., Dez., 28.
- Commissão superior de exposições* — Decr., Dez., 23.
- Estabelecimentos destinados á educação de missionarios* — Commissão para propôr a sua organisação; Port., Dez., 18.
- Empregados telegrapho-postaes* — Concursos para a concessão de premios; Port., Abril, 27. Instrucções para o ensino pratico dos serviços postaes; Port., 21, Maio.

Camara dos Pares — Decretou-se em 21 de julho que a Camara dos Dignos Pares do Reino se constituísse em tribunal de justiça no dia 26 do mesmo mez para julgar o processo instaurado contra um deputado.

Camara dos deputados. — Regulamento da sua eleição e organisação; Lei, 26, Julho. — Em 1 de Agosto foi assignada a Lei determinando que a nova Camara viesse eleita com poderes especiaes para a reforma de certos artigos da Carta Constitucional, do acto adicional de 5 de Julho de 1852 e das leis de 24 de Julho de 1885 e 3 de Abril de 1896.

Ordem de Malta. — Estatutos ; Decr., 25, Maio.

Bens nacionaes. — O Decr. de 1 de Set. reformou e regulou os serviços relativos ás participações dos bens que vagarem para a fazenda nacional.

Obras Publicas. — A portaria de 31 de Agosto prohibiu o começo de qualquer obra nas direcções ou zonas de serviços de obras publicas sem previa approvação de orçamento.

Obras do Bussaco. — Auctoris. o governo a conceder a conclusão d'estas obras e sua exploração por concurso publico ; Lei, Agosto, 1. — «Obra de esgoto e saneamento da cidade de Coimbra». Port. 31, Agosto. — Determinou-se que as assignaturas em quaesquer documentos emanados do Ministerio das Obras Publicas sejam escriptos em letra perfeitamente legivel ; Port., 29, Março. — «Fornecimento de materiaes para obras publicas». Port. 27, Out., 10, Nov. — «Quadros do pessoal tecnico das obras publicas». Decr., 28, Dez. — «Pessoal das direcções e serviços especiaes de obras publicas». Decr., 28, Dez. — «Organização da secretaria do Ministerio das Obras Publicas e outras providencias». Decr., 28, Dez.

«Concedida a Bernardo Soares d'Almeida, arrendatario da *Mina de Pejão* e suas pertenças, licença para explorar a linha ferrea de via reduzida, que liga a dita mina com a margem esquerda do rio Douro». Port., 15, Fev.

Contracto provisorio com a companhia *Eastern telegraph* para o estabelecimento e exploração de um «cabo submarino que, partindo da Gran Bretanha, se destine á Africa do Sul, tocando nas ilhas da Ascensão e Santa Helena.» Termo, 10, Nov.

Contracto com a companhia *Europe & Açores Telegraph* para estabelecimento e exploração de cabos submarinos entre as ilhas dos Açores e a America do Norte, a Gran Bretanha ou Irlanda e a Allemanha. Lei, 14, Julho ; Contracto, 29, Julho. Transferida a concessão para as companhias *Commercial Cable* e *Deutsche Atlantische Telegraph Gesellschaft*. Port., 28, Dez.

Concedida á «companhia carris de ferro do Porto» licença para estabelecer dois *feeders* subterraneos destinados a alimentar as linhas da Cruz das Regateiras, S. Roque da Lameira, Campanhã e Carmo. Port., 27, Abril.

Auctorisado o traspasse para Antonio da Silva e José Anto-

nio Duro da concessão feita a Antonio Luiz Pereira e Bento Maria Barbosa para a construcção e exploração de um *caminho americano com tracção a vapor* sobre o leito da estrada real n.º 23, Caminha á Fronteira por S. Gregorio, no troço entre Valença e Monsão; Alvará, 22, Junho.

Auctoris. o traspasse para a «companhia dos carris de ferro do Porto» das concessões feitas a Narciso Teixeira Martins Ferro para o estabelecimento de um caminho de ferro americano e de um ramal do mesmo caminho. Alv., 28, Junho.

Caminhos de ferro do estado; assim se denominam os do sul e sueste e do Minho e Douro e os que de futuro o estado venha a explorar; a sua gerencia é confiada a um *conselho de administração*; institue-se um *fundo especial* dos mesmos caminhos, etc. Lei, 14, Julho.

Declarada nulla e caduca a concessão do «caminho de ferro de S. José de Ribamar á Carnaxide» por alvará de 30 de nov. de 1892. Port., 30, Junho.

Auct. o governo a mandar construir e explorar um «caminho de ferro de via reduzida desde o litoral do districto de Benguella á fronteira leste da provincia de Angola.» Lei, 17, Agosto.

Auct. o governo a contrahir um emprestimo exclusivamente destinado á construcção da rede ferro-viaria da ilha de S. Thomé. Lei, 17, Agosto.

Auct. a junta geral do dist. de Ponta Delgada a adjudicar em hasta publica a construcção e exploração de um «caminho de ferro entre aquella cidade, o Valle das Furnas e a villa da Ribeira Grande.» Lei, 26, julho.

Companhia portugueza das minas de ouro de Manica. — Estatutos; Decr., 17, Agosto.

Concessões de terrenos no ultramar. Port., 14, Jan.; Decr., 9, Nov.; Port., 17, Nov.

Companhia de Mossamedes. Auctorizada a contractar os estudos da construcção de um «caminho de ferro que, partindo da bahia dos Tigres ou de Porto Alexandre se dirija á villa do Humbe» e bem assim a construcção da mesma linha ferrea. Port., 14, Agosto.

Caminho de ferro de Benguella. Lei, 17, Agosto.

Porto de Lourenço Marques. Obras para seu melhoramento. Lei, 7, Set.

Agricultura. — Ensino pratico ; Decr., 17, Out.

Tratamento das epiphytias e destruição dos parasitas das plantas ; Decr., 23, Dez.

Organisação do Conselho Superior de agricultura ; serviços agricolas, quadros do pessoal technico ; serviços technico agricolas ; serviços agricolas, agronomicos, chimico-agricolas, choro-graphicos, geodesicos, geologicos ; Decr., 28, Dez.

Mercado central de productos agricolas. Commissão para o dirigir, fiscalisar e administrar superiormente. Decr., 26, Julho.

Repartição dos telegraphos da direcção geral dos correios e telegraphos ; supprimida por Decr., 28, Dez.

Bilhetes postaes. — Mandados pôr em circulação na provincia de Macau e districto de Timor, sellos e bilhetes correspondentes a algumas taxas postaes e seus multiplos actualmente em vigor n'aquellas colonias. Decr., 11, Out.

Emissão de um novo typo de bilhetes postaes da taxa de um quarto de tanga para vigorar no estado da India portugueza. Decr., 6, Abril.

Processo para o despejo de predios urbanos no continente do reino (Carta de lei de 21 de maio de 1896), declarado em vigor nas provincias ultramarinas pelo Decr. de 27 de Set.

Notariado. — Reorganisação de serviços. Decr., 23, Dez.

Beneficencia e saude publica. — *Associação nacional de assistencia aos tuberculosos.* Fundo de subsidio. Lei, 17, Agosto.

Direcção geral de saude e beneficencia. Decr., 4, Out.

Organisação geral dos serviços de saude publica do reino ; Junta central dos melhoramentos sanitarios. Decr., 28, Dez.

AZULEJOS ⁽¹⁾

Lisbonne, 18 Janvier 1845.

Messieurs.

Les *azulejos* constituent en partie la physionomie du Portugal. C'est ainsi qu'on appelle de minces carreaux d'argile cuits au four, émaillés sur une de leurs surfaces. Il y a peu d'églises, peu de maisons qui n'en renferment. Tantôt ils encadrent les portes des édifices, tantôt ils ornent les vestibules et les escaliers. Dans la plupart des maisons, même dans les plus pauvres, les murs intérieurs en sont garnis jusqu'à la hauteur de trois pieds ou davantage. Il y a des maisons qui en sont recouvertes extérieurement depuis leur base jusqu'au toit. Ces *azulejos* sont carrés et ont presque tous de 13 à 16 centimètres en tout sens. Ils présentent toujours un fond blanc avec des dessins qui, pour la plupart, sont de couleur bleuazur; aussi malgré toutes les auctorités qui se réunissent pour donner au mot *azulejo* une étymologie arabe, je penche à croire que ce mot provient tout simplement du mot *azul*, azur: à moins que le mot azur ne soit lui-même d'origine arabe. (2) Les plus anciens *azulejos* présentent des dessins en

(1) Raczyński. *Les arts en Portugal*, pag. 427 à 434.

Ainda sobre *azulejos* recordâmos o artigo publicado no *Boletim d'esta Associação*, tomo v, pag. 45; tem a assignatura do sr. Gabriel Pereira, assim como, do mesmo auctor, o opusculo *De Bemfica á Quinta do Correio Mór* e um artigo na *Arte Portuguesa*.

(2) En arabe, *Lazur*; en persan, *Lazward*.

Note de M. Famin.

relief qui ont quelque analogie avec les plaques ouvragées dont sont recouverts les murs de l'Alhambra. Il y en a qui, ainsi que nous l'avons vu ailleurs, sont de l'époque de dom Emmanuel. Les plus beaux *azulejos* sont ceux qui appartiennent au XVII^e et au XVIII^e siècle, et qui représentent des chasses, des sujets sacrés, des faits ayant rapport à l'histoire du Portugal, des scènes champêtres, des paysages, des vases remplis de fleurs, des arabesques, des ornemens architectoniques de l'époque de le Nôtre. Ces sujets sont souvent traités avec talent, toujours d'une manière large et avec une très grande facilité. Quel que soit le mérite artistique de ces peintures elles sont toujours d'un effet agréable prises comme ornement et considérées dans leur ensemble.

Les deux appendices qui accompagnent cette lettre sont tout ce que j'ai pu me procurer sur ce sujet.

Il en sera encore question dans mon résumé.

Communication de M. le vicomte de Juromenha. — 17 octobre 1844.

«*Azulejos*, carreaux de fine argile dont une des faces est émaillée.»

Il y a des personnes qui prétendent que les *azulejos* proviennent de la Hollande; mais l'étymologie même du nom (*azulejo*) nous oblige à leur accorder une origine différente, et à la faire remonter aux Arabes, de qui nous avons reçu d'utiles leçons non-seulement dans cet art, mais encore dans bien d'autres. Le mot portugais *azulejo* dérive du mot arabe *azzalujo*, provenant à son tour du mot *zallaja*. Vide «*Vestigios da lingua arab. em Portugal*) qui signifie *uni* et *lisse*. Je suppose que ce genre d'ornement a la même origine que la mosaïque grossière que nous appelons *embrexados*, dont nous conservons encore l'usage pour les parquets, et qui se compose de petites pierres de diverses couleurs, mêlées à des coquilles et des fragmens de faïence. On employait aussi chez nous ces *embrexados* pour en orner les murs, les fontaines, les salles à manger, les réfectoires, etc. Il est toutefois possible que lorsqu'on voulait se procurer des *azulejos* d'un travail plus délicat on en faisait venir d'Hollande,

d'où nous avons coutume de tirer des articles analogues. Je ne sache pas qu'il y ait eu en Portugal des ateliers spéciaux destinés à la confection des *azulejos*, je pense, au contraire, qu'ils se fabriquaient dans les tuileries, où l'on faisait aussi toute espèce de poterie et de porcelaine. Une rue de l'ancienne ville en porte encore le nom.

Les tuileries étaient établies sous la protection de *santa Justa* et de *santa Rufina* ; elles avaient un règlement très ancien, comprenant la fabrication de quatre espèces de faïences : la blanche, la rouge, la jaune et une quatrième espèce appelée *da Maia*.

Quand Philippe III, roi d'Espagne, vint en Portugal, en 1619, les ouvriers en faïence firent aussi leur arc de triomphe à l'instar des autres métiers. On en peut voir la description dans le livre de Jean Baptiste de Lavanha qui traite des fêtes où les Portugais se réjouirent par ordre supérieur : ce qui, depuis, leur est arrivé plus d'une fois. Parmi les divers emblèmes, dont était décoré l'arc des faïenciers, on apercevait la figure allégorique de leur profession, à ses pieds on avait représenté divers instrumens, entre autres la roue sur laquelle elle posait sa main gauche, tandis que de la droite elle tenait un vase inachevé semblable à ceux qu'on faisait alors à Lisbonne à l'imitation des porcelaines de la Chine. Tout près de cette figure on lisait le quatrain suivant :

«Aqui, monarcha, excelso soberano,
 Vos offerece a arte peregrina
 Fabricado no reino Lusitano
 O que antes nos vendeo tão caro a China.»

Littéralement :

«Ici, monarque, grand souverain,
 L'art prospère vous offre,
 Fabriqué dans le royaume Lusitanien,
 Ce qu'autrefois la Chine nous vendait si cher.»

On remarquait, dans un second tableau, un vaisseau de l'Inde, dont on déchargeait des caisses de porcelaine chinoise ;

d'autres bâtimens étrangers embarquant la nôtre ; d'autres, enfin, déjà chargés et sortant du port. Sur ce dernier tableau on lisait ces mots :

Et nostrae pererrant.

Il s'ensuit que cet art, qui à cette époque (1620) comptait 15 maîtres à Lisbonne, avait fait d'assez grands progrès ; car, non-seulement on imitait la faïence chinoise, mais on exportait la nôtre. Je m'écarterai un peu de mon sujet ; mais à propos de faïence et de poteries, je dois faire mention des vases d'Estremoz qui sont d'une forme particulière et qui ont l'avantage de communiquer à l'eau une grande fraîcheur. Plusieurs voyageurs étrangers en ont fait mention, entre autres le cardinal Alexandrino dans son voyage en Portugal (1571) ; Brantôme, et Aldovrando dans son *Musaeum metallicum*. On attribua autrefois à ces vases les mêmes vertus anti-vénéneuses qu'aux bézoards.

Je dois faire observer, à l'appui de ce que j'ai dit sur l'origine arabe des connaissances que nous possédions anciennement en fait de fabrication de poterie et d'*azulejos*, qu'il n'y a dans notre langue presque aucun nom de vase domestique qui ne nous vienne de cette nation. Tels sont les noms suivans : Albarrada, Alcadef, Alcatruz, Almoia, Almotolia, Bocio, Barranha, Batea, Batega, Botija, Copa et Copo, Jarra, Taça, etc. Notez que parmi ces noms se trouvent non-seulement ceux des vases d'un usage domestique, mais d'autres purement de luxe, tels que l'*Albarrada* qui s'employait pour désigner un vase ou pot à roses, et la *Jarra* (pot à fleurs) encore en usage aujourd'hui parmi nous. Je suppose que les *azulejos*, à leur origine, représentaient toujours des arabesques, et qu'ils étaient formés de petits carrés de faïence de diverses couleurs, avec lesquels on combinait des dessins. Tels étaient ceux que décrit dans ses mémoires, le père Sébastien. Cette notice se trouve insérée dans les Mémoires de l'Académie royale des sciences de France, dans les termes suivans : « Dans un voyage que j'ai fait au canal, par ordre de son Altesse, je trouvai dans un château, nommé la Mothe Saint-Lye, à quatre lieues en deçà d'Orléans, plusieurs carreaux de faïence carrés de deux couleurs, séparées par une ligne dia-

gonale, qui devaient servir à carreler une chapelle et plusieurs autres appartemens. Pour pouvoir former des dessins et des figures agréables par l'arrangement des ces carreaux, j'examinai d'abord en combien de manières deux de ces carreaux pourraient se joindre ensemble en les rangeant toujours en échiquier. Le résultat de cette recherche porte les combinaisons à soixante-quatre dont l'auteur rend compte dans ses Mémoires.

Les *azulejos*, dont nous avons aujourd'hui connaissance, se réduisent à deux espèces : ceux qui sont en relief, et qui représentent des fleurs, des arabesques et des figures ; et ceux qui sont unis et qui sont encore aujourd'hui d'un usage si commun. Un document du XV^e siècle nous donne la certitude que cette sorte d'ornemens était déjà à cette époque très usitée parmi nous. Il y est dit : *Les deux autels et le maître-autel carrelés de bom azorecho*. A cette même époque appartiennent probablement les deux médaillons qu'on voit sur l'église de *Madre de Deus, extramuros* de Lisbonne, fondée par la reine Dona Leonor, épouse du roi Jean II. Peut-être aussi faut-il rapporter à cette même époque un ouvrage, qui, par sa bonne exécution, semblerait appartenir au règne suivant, je veux parler de quelques *azulejos* que je me souviens d'avoir vus dans l'église paroissiale d'Aldea Galega de Merceana, sur lesquels on croit reconnaître le portrait de Jean II. Je présume que c'est en effet le portrait de ce roi et que cette église a été fondée par lui, parce que le portique est orné d'un pélican, qui était sa devise. Cependant, cela n'est pas toujours une preuve, car le roi Emmanuel a conservé quelquefois le pélican aux édifices qui n'avaient été que commencés, ou même seulement ordonnés par son prédécesseur.

(Conclue)



Manoel Maria de Bocage del.

Francisco Antonio de Almeida sculp.

MANOEL MARIA DE

BARBOSA DU BOCAGE

Dedicado ao Ill.^{mo}

Ex.^{mo} Sr. Antonio de

Albuquerque d'Alencar

Ministro e Secretario

d'Estado dos Negocios

Estrangeiros e da Guerra

em 1783.

Por seu Obsequio e por ordem do Sr. Antonio de S.

*Reprodução de uma gravura de Francisco Bartolozzi, segundo um fiel retrato pintado do natural na casa da travessa de André Valente, pelo pintor Henrique José da Silva (**Herrino**).*

*O sr. José Feliciano de Castilho quando esteve no Rio de Janeiro, mandou reproduzir a oleo pelo pintor francez **Moreau**, a tela de **Herrino**, ampliada a dimensões naturaes, e offereceu-a á Camara Municipal de Setubal.*

(Vidé Lisboa Antiga vol. citado na noticia historica, paginas 225 e 226.